

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DE INFORMAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

DORIS ROSANGELA FREITAS DO COUTO

**NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA EM UMA EXPOSIÇÃO
ACESSIBILIZADA**

Porto Alegre

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DE INFORMAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**

DORIS ROSANGELA FREITAS DO COUTO

**NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA EM UMA EXPOSIÇÃO
ACESSIBILIZADA**

Porto Alegre

2017

**NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA EM UMA EXPOSIÇÃO
ACESSIBILIZADA**

Porto Alegre

2017

DORIS ROSANGELA FREITAS DO COUTO

**NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA EM UMA EXPOSIÇÃO
ACESSIBILIZADA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Museologia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Prof. Dra. Jeniffer Cuty e Co-orientação da Prof. Dra. Márcia Bertotto.

Porto Alegre

2017

DORIS ROSANGELA FREITAS DO COUTO

**NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA EM UMA EXPOSIÇÃO
ACESSIBILIZADA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do grau de
Bacharel em Museologia na
Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Jeniffer Cuty (Orientadora) - UFRGS

Prof. Dra. Márcia Regina Bertotto (co-orientadora) - UFRGS

Me. Claudia Porcellis Aristimunha – UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Cardoso-UFRGS

NEUROOLHO

Olho mágico que tudo imagina, cinema feito de células escrupulosamente organizadas para gravar impressões do mundo lá fora.

Câmara viva que filma cada acontecimento como minúsculas alterações na força da sua miríade de conexões, gerando memórias que se transformam continuamente e nunca mais voltam ao que foram, fazendo lembrar construção rediviva. Câmara mutante que se transforma a cada nova memória, erigindo filtros, máscaras, contrastes preferências.

Para ver, é preciso aprender a ver; Para aprender a ver, é preciso deixar de ver o que não se deseja ver. Câmera de hiperatenção e seletividade, que só vê o que lhe interessa, aquilo que já quer ver - a menos que seja treinada para ver diferente ou querer ver de outro jeito. A menos que seja curtida na cegueira, livre para fabular, tocar, ouvir, ser.

Lembre-se: cada memória gravada muda a câmera para sempre.

Importante lembrar-se disso, desconfiar do que vê. Palimpsesto multiplexador de recordações imprecisas, máquina probalística construtora de sentidos, mesmo quando não há sentido.

Experiência inseparável da História amalgamada com a sensação.

Sidarta Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo abandono do campo em busca de bancos escolares para mim e meus irmãos, entendendo que esta era a maior herança que podiam nos deixar;

A UFRGS pelas múltiplas oportunidades de aprendizagens, convivências e leituras de mundo;

A cada um de meus professores, que em sua singularidade e compromisso modificaram minha relação com o conhecimento e me fizeram mais consciente do meu compromisso e papel na sociedade;

Ao Instituto Santa Luzia pelo privilégio de ter convivido, mesmo que em curto espaço de tempo, com seus alunos, por ocasião da produção e montagem da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos;

Aos meus filhos, amores para sempre, razão de dedicação e desejo de ser exemplo, pelo compartilhamento da experiência do estudo acadêmico e de todos os dias de nossas vidas;

A minha orientadora, que pacientemente me mostrou o caminho, ajudou a corrigir o curso, me incentivou enquanto um novo horizonte se descortinava, reconhecendo minha dedicação e esforço;

A minha co-orientadora que aplacou as agonias dessa primeira viagem na produção de conhecimento, oferecendo a certeza necessária de que eu chegaria aonde havia me proposto a chegar.

Muitíssimo agradecida, para sempre!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de Curso propõe compreender a experiência dos visitantes em uma exposição fotográfica acessibilizada. Busca identificar em que medida a experiência auxilia na construção ou reconstrução do olhar sobre as questões da deficiência, dos direitos culturais da pessoa com deficiência e o patrimônio edificado a partir da fala dos visitantes. A pesquisa se orienta pelos marcos conceituais de curadoria e comunicação museológica, pelas tessituras acerca da filosofia da experiência e pelas formulações teóricas acerca da acessibilidade enquanto direito de acesso à cultura. Ainda subsidia-se nas concepções sobre acessibilidade para pessoas com deficiência contidas na legislação brasileira e internacional. Adota como estudo de caso a Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos, ocorrida de 08 outubro a 28 de novembro de 2015, no Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo, na cidade de Porto Alegre/RS. Analisa os registros deixados pelos visitantes no livro de recados e suas falas inscritas na ficha de avaliação da atividade educativa da qual participaram, entre outros documentos. Conclui que o planejamento de uma exposição deve levar em conta as possibilidades de experiência que todos os visitantes terão de modo a incidir positivamente para mudanças atitudinais. Formula-se a partir do estudo o conceito de exposição acessibilizada.

Palavras-chave: exposição acessibilizada, experiência, deficiência, diversidade humana, Porto Alegre na Ponta dos Dedos.

ABSTRACT

This course conclusion work proposes to understand the experience of the visitors in an accessible photographic exhibition. It seeks to identify the extent to which the experience assists in the construction or reconstruction of the view on the issues of disability, the cultural rights of the disabled person and the built heritage from the visitors' speech. The research is guided by the conceptual frameworks of curatorial and museological communication, by the tessituras about the philosophy of experience and by the theoretical formulations about accessibility as a right of access to culture. It is still subsidized in the conceptions on accessibility for people with disabilities contained in the Brazilian and international legislation. It adopts as a case study the Porto Alegre Exposition at Ponta dos Dedos, held from 08 October to 28 November 2015, at Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo, in the city of Porto Alegre / RS. It analyzes the records left by the visitors in the scrapbook and their statements inscribed in the assessment sheet of the educational activity in which they participated, among other documents. It concludes that the planning of an accessible exhibition must take into account the possibilities of experience that all visitors will have and for that, positively affecting attitudinal refigurations. The concept of accessible exposition is derived from the study.

Keywords: Experience in accessibility, Accessibility in a cultural environment, Accessible exhibition, Porto Alegre in Ponta dos Dedos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Foto Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos (2015)

Figura 2. Gráfico dos dados sobre deficiência no RS

Figura 3. Mapa Conceitual 1

Figura 4. Quadro de análise documental da Exposição Poa na dos Dedos

Figura 5. Mapa Conceitual 2

Figura 6. Fotos de Oscar Devita, Alexandre Fabiani Santos, Ubiratan Fernandes e Marcelo Cavalcante

Figura 7. Imagens da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos

Figura 8. Disposição de fotos no segundo andar

Figura 9. Quadro com texto curatorial

Figura 10. Quadro com fotografias analisadas.

Figura 11. Quadro de categorização das fotos analisadas.

Figura 12. Grade de análise imagem A 1

Figura 13. Grade de análise imagem A 2

Figura 14. Grade de análise de imagem A3.

Figura 15. Grade de análise de imagem A4

Figura 16. Nuvem de palavras 1

Figura 17. Nuvem de palavras 2.

Figura 18. Nuvem de palavras 3

Figura 19. Nuvem de palavras 4

Figura 20. Nuvem de palavras 5

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANCINE – Agência Nacional de Cinema

CEEE– Companhia Estadual de Energia Elétrica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUMPROARTE - Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural
de Porto Alegre

FUNARTE- Fundação Nacional de Artes

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

ONU - Organização das Nações Unidas

VOV – Visita de Olhos Vendados

ANEXOS

I - MODELO DA FICHA DE AVALIAÇÃO DA VISITA DE OLHOS VENDADOS

II - PLANTA DA EXPOGRAFIA NO MEZANINO

III - PLANTA DA EXPOGRAFIA NO 2º ANDAR

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2. O LUGAR SOCIOCULTURAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: resistência e o direito a diversidade humana	22
3 ENLACE TEÓRICO-METODOLÓGICO	33
3.1 Mapa Conceitual da pesquisa	34
3.2 Definições metodológicas e percurso de pesquisa.....	35
4 A EXPERIÊNCIA COMO POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DO OLHAR	40
4.1 - Exposição acessibilizada: um novo conceito.....	40
4.2 A Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos: o lócus das experiências dos visitantes... 45	
4.3 A experiência do visitantes.....	51
4.4 O discurso do visitante protagonista na interação com os mecanismos de acessibilidade . 54	
4.5 Leitura imagética da participação de visitantes na Exposição.....	63
4.6 Pareceres de aprovação do Projeto da Exposição no Edital FUMPROARTE	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	83

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo a cada dia mais acelerado, de relações instáveis e egoístas a que Zygmunt Bauman chama de “mundo moderno líquido”, pensar em acessibilidade enquanto garantia de direitos culturais das pessoas com deficiência se inscreve na seara dos direitos humanos, segmento de militância política a que me dedico desde a década de 90, atuando inicialmente no sistema prisional gaúcho, tendo produzido, naquela época, a Exposição POR TRÁS DAS GRADES¹ e um pouco mais adiante, em 2005, através de um projeto financiado pelo Ministério da Justiça, a Exposição denominada OLHARES².

Esses trabalhos curatoriais foram projetos totalmente intuitivos desenvolvidos pela filha de agricultores cuja memória mais viva do campo, em seus tempos de criança, remete ao plantio e a colheita do milho, por volta dos seis anos de idade. Assim como o ciclo de plantação rememorado, as primeiras exposições foram a sementinha cultivada em terreno fértil que anos depois me levaria a prestar vestibular para o Curso de Bacharelado em Museologia da UFRGS – minha melhor escolha enquanto projeto de vida.

Foi neste contexto e a partir da participação do Curso de Extensão Acessibilidade em ambiente cultural³ promovido pela Universidade Federal do RS, que me senti desafiada, também enquanto produtora cultural, usuária das leis de incentivo à cultura por cerca de quinze anos, a promover uma experimentação sobre o tema.

Diante das inquietações por haver raras exposições preocupadas com a acessibilidade, em Porto Alegre, acabei por inscrever, no Edital Porto Alegre Amanhã (2014), do Fundo Municipal de Cultura de Porto Alegre,

¹ Exposição com fotos de ambientes carcerários de cinco presídios da metade sul do RS e poemas de presos. Esta exposição, produzida com apoio da Universidade Católica de Pelotas, ocupou o Casarão nº2 da Praça Cel. Pedro Osório, em Pelotas e depois foi montada, a convite do Movimento Nacional de Direitos Humanos, na Conferência Estadual de Direitos Humanos, realizada na Assembleia Legislativa no ano 2000.

² Exposição com poemas de mulheres detentas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier Esta exposição, a convite do Departamento Penitenciário Nacional- DEPEN, foi montada no Salão Negro do Ministério da Justiça em alusão ao Dia Internacional da Mulher de 2005

³ O curso com carga horária total de 40 horas, realizado de 18 de novembro a 2 de dezembro de 2014, modalidade EAD pela Plataforma Moodle, oferecido pelo projeto homônimo ao curso.

FUMPROARTE, o projeto intitulado Exposição PORTO ALEGRE NA PONTA DOS DEDOS, aprovado para receber aporte de recursos para sua execução no ano de 2015. O Projeto propôs uma exposição fotográfica do patrimônio histórico edificado do Centro da cidade de Porto Alegre, com maquetes táteis e outras ferramentas de acessibilidade como será detalhado mais adiante.

A partir da realização da exposição havia um bom material para ser analisado, tendo sido um caminho de investigação natural e, ao mesmo tempo, assustador, dada a dificuldade do distanciamento que um trabalho científico requer - era como estudar a mim mesmo, já que o estudo partia de uma obra autoral em que a concepção do projeto se desenvolveu das minhas compreensões e desejos gerados após o curso sobre acessibilidade em ambiente cultural, muitas leituras e pesquisas que dele derivaram.

De toda a forma, a vontade de compreender quais haviam sido as sensações e impactos provocados pela Exposição falou mais alto do que o medo de não dar conta do recado, tornando-se incentivo ao aprofundamento do tema. O dilema ético foi desfeito ante a leitura de DaMatta (2010), que, elucida as diferenças entre familiaridade e intimidade com o objeto de pesquisa. Se havia total intimidade com o processo curatorial da Exposição, não havia sequer familiaridade com o recorte acerca da “experiência” pela qual passaram os seus visitantes, logo, o caminho para o estudo se descortinava inteiro como uma longa estrada a ser percorrida, excitante e desafiadora, e tal qual o milharal parecia infundável e misterioso a minha porção criança da roça.

Visando aprofundar os conhecimentos sobre o tema, em 2017 participei do Curso A Deficiência, a incapacidade e os direitos humanos⁴, oferecido pela Universidade de Coimbra, Portugal. No curso foi possível percorrer o ordenamento jurídico internacional e melhor situar o surgimento do arcabouço jurídico brasileiro, confrontando nos Fóruns do Curso, a situação em outros

⁴ Curso realizado de 20 de março a 15 de maio de 2017 através da Unidade de Formação Jurídica e Judiciária do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa Na Universidade de Coimbra. Carga Horária 48 h/a.

países e as distâncias entre a legislação e a prática relacionada à pessoa com deficiência. Outros quatro alunos brasileiros participaram do curso oportunizando diálogos relativos a iniciativas e limitações existentes nos Estados de cada participante.

A Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos, originou-se de um concurso fotográfico por ocasião dos 243 anos da Capital do Rio Grande do Sul enquanto estratégia geradora das obras a serem expostas. Inscreveram-se quinze fotógrafos entre profissionais e amadores que tinham ciência que as obras selecionadas seriam apresentadas impressas, emolduradas, com maquete tátil, legenda em Braille, fonte ampliada e audiodescrição. Ao todo nove prédios tombados do Centro Histórico da cidade de Porto Alegre foram retratados em suas fachadas e detalhes de escolha de cada fotógrafo. A Exposição foi montada em dois ambientes do Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo: Mezanino e Sala do segundo andar e esteve aberta a visita de 08 de outubro a 30 de novembro de 2015, período coincidente com a Bienal do MERCOSUL e Feira do Livro de Porto Alegre, ambos os eventos com atividades previstas para o mesmo Centro Cultural.

Tomaram parte na seleção e testes de mecanismos de acessibilidade alunos do Instituto Santa Luzia – entidade que atende jovens com deficiência visual, a pedagoga da Associação dos Cegos do RS – ACERGS e um convidado adulto com baixa visão.

Fruto de financiamento público, a exposição recebeu 770 visitantes que registraram presença e realizou, em três ocasiões, a atividade educativa denominada visita de olhos vendados (VOV), na qual os visitantes videntes foram vendados no hall do Centro cultural e foram conduzidos a primeira parte do roteiro de visita através do elevador de acessibilidade para cadeirantes, onde as mediadoras faziam a primeira abordagem sobre o tema acessibilidade em ambiente cultural. No andar da Exposição eram conduzidos pelo espaço até as obras e convidados a tocá-las para identificar o prédio e seus detalhes arquitetônicos, antes que a audiodescrição fosse oferecida. Depois foram convidados a preencher uma avaliação semiestruturada que identificava a

formação e idade do visitante e pedia que ele comentasse livremente a experiência.

É objeto de pesquisa deste trabalho os relatos dessas experiências a partir do lugar de fala de cada visitante, assim como dos demais que efetivaram registros dos mais diversos no livro destinados as percepções sobre a exposição.



Figura 1. Vista da Exposição POA NA PONTA DOS DEDOS, Mezanino. 2015

Fonte: Couto, 2015.

Identificar como a exposição mobilizou os sentidos dos visitantes e compreender que tipo de “experiência” pode ser percebida nas falas registradas é o problema de pesquisa que se apresenta.

Já a análise dos discursos dos visitantes e identificação das categorias de “experiências” narradas por estes é o objetivo geral estabelecido para o estudo, enquanto a busca de vestígios nas falas dos visitantes de ligações entre a experiência narrada e a ocorrência de repertório vinculado ao tema da Exposição; a localização nos registros da exposição de posicionamento dos visitantes acerca das provocações feitas nas visitas de olhos vendados

quanto a questões como o tempo suspenso pela ausência do “ver”, o colocar-se no lugar do outro – a pessoa com deficiência e as reações manifestadas e o reconhecimento do patrimônio sem o uso da visão como elemento de primeiro contato, a identificação de como são compreendidos e exercidos os direitos culturais de todas as pessoas e a potência da diversidade enquanto valor e elemento central de cidadania e respeito aos direitos humanos, por fim, como são tratadas as deficiências pela política pública de cultura de Porto Alegre são os objetivos específicos a serem alcançados.

Entendo como Leonardo Boff (1999) que pessoas são concretas e, por serem falantes, constroem a partir de suas falas os seus mundos e suas relações.

O rosto do outro torna impossível a indiferença. O rosto do outro me obriga a tomar posição porque fala, pro-voca, e-voca e con-voca. O rosto possui um olhar e uma irradiação da qual ninguém pode subtrair-se. (BOFF. p.139).

Na liquidez e na pressa de dias cada vez mais acelerados, o parar para ver, o ver de outros modos, o sentir mais amplo, com inteireza é a proposta de uma fuga do cotidiano de cada um de nós, gente pautada pelo relógio impiedoso com horas insuficientes que indicam um tempo a menos para a felicidade.

É neste tic tac de ponteiros de vidas que avançam que o presente estudo caminha para em busca da compreensão do impacto da experiência como algo “que nos passa”, “nos atravessa”, “nos acontece” como ensina Larrosa (2002), para, a partir deste entendimento, estruturar categorias que auxiliem o campo da comunicação museológica e da curadoria no planejamento de exposições para todos os tipos de públicos, capazes de promover a igualdade na diferença e o assentamento definitivo das pessoas com deficiência enquanto sujeitos de direito a fruição plena das potências narrativas, provocadoras ou silenciadas que são resultantes do que pode ser

encontrado no museu, na exposição, no fato museal⁵, assim justifica-se esta pesquisa.

No presente estudo, me cerco das perspectivas teóricas antes desconhecidas para realizar a análise da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos sob a perspectiva da experiência promovida aos visitantes e, para tanto, é importante estabelecer algumas conexões que serão utilizadas mais adiante.

Começemos pela exposição enquanto discurso e narrativa.

A exposição, tradicionalmente é entendida enquanto discurso museológico e como tal é permeado por concepções e intencionalidades, não raras vezes destinadas a legitimar um ideário de nação e nacionalidade ancoradas em um poder hegemônico.

Contudo seu processo constituinte é tão vasto quanto complexo e tem na curadoria sua lógica estruturante. É dela a fala. A curadoria, nos dizeres de Ramos, “*tem algo a dizer*” (2010, p.13). Contudo, esse discurso levado a cabo pela curadoria e endereçado ao visitante num processo dialógico de comunicação é “*um processo atravessado por mediações*”, segundo Cury (2005.p.66-67), que aponta que a dialogia não se refere somente a sua produção senão “*essencialmente, as trocas simbólicas*” entre quem o produz e aqueles que interagem, são afetados por ele enquanto sujeitos que o reelaboram e lhes atribui suas próprias significações.

Cury (2005, p.45) Em interação com a exposição, o público mobiliza de sua experiência vivencial os aspectos para sua interpretação. Um dos ingredientes para a interpretação é a imaginação do público que resulta do envolvimento emocional do visitante com a exposição, mediada pela sua biografia. Seguindo esse raciocínio, fica fácil entender que a partir de seu mapa cognitivo, a ação do público circula naturalmente entre a aceitação e a rejeição de um discurso. E não podemos negar que rejeitar é ação de um sujeito tanto quanto aceitar.

⁵ Relação entre o homem e o objeto que tem o cenário institucionalizado do museu como lócus. Ver GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo.

O discurso museológico encontrado na exposição se vale de muitos signos, extrapolando as palavras. Ele é elaborado em múltiplas direções e utiliza, por exemplo, o espaço da montagem, elementos de representação gráfica, iconografias, autoridades, sons e silêncios. Tudo na composição desse discurso potencializa mensagens de qualidade semântica segundo Gonçalves (2004.p 35). Trata-se de um processo multidisciplinar.

Marcelo Araújo (2017) apresenta o criador do discurso museológico como um narrador que reinventa o passado e o coloca sobre sua própria perspectiva. Diz o autor que, ao produzir um discurso, o museu “*elenca e discrimina, ao mesmo tempo, produz vozes e silêncios, e define o que será colocado à vista*”. Como alternativa aos silêncios propositadamente provocados Araújo propõe o diálogo com os grupos sociais ausentes como mecanismo de produção de outras narrativas capazes de confrontar os preconceitos.

Sob outra ótica, a da pessoa a quem o discurso se destina, Moreira (2013) ao discorrer sobre a teoria da aprendizagem significativa nos diz:

A captação de significados é essencial, mas é o sujeito quem decide se vai, ou como vai, incorporar a sua estrutura cognitiva os significados captados. Para a captação de significados é importante a interação social, o diálogo, a negociação de significados. (p. 25).

De outra banda, a produção de exposições acessibilizadas demanda um planejamento multidimensional e além de comunicar sobre determinado acervo ou tema requer a preocupação, sobretudo, em fazê-lo com dispositivos que possam atender a um público abrangente, no qual a pessoa com deficiência, em geral tida como não público na maior parte da produção cultural, se torne sujeito de um planejamento curatorial que pautar a diversidade como valor e potência humana.

Logo, entender a curadoria enquanto um processo de mediação se trata de assumir que as escolhas curatoriais definem o diálogo que a exposição se propõe a estabelecer e, no caso das curadorias focadas na acessibilidade mobiliza uma transformação que deve ser alavancada pelo olhar sensível e comprometido da equipe curadora para o reconhecimento da igualdade na diferença. (ROSISKA, 2012)

Neste aspecto, estamos diante de uma nova concepção no cenário nacional: o da acessibilidade em ambientes culturais (CUTY; CARDOSO, 2012) e vale ressaltar que quando se reivindica a acessibilidade enquanto direito, falamos, no caso do Brasil, 24,6 milhões pessoas que possuem algum tipo de deficiência, segundo o Censo do IBGE de 2010, portanto, uma quantidade muito expressiva da população brasileira e não uma minoria como pode parecer a alguns. Esses dados serão detalhados quanto ao Rio Grande do Sul e Porto Alegre no Capítulo dois.

Uma vez apresentada a concepção de comunicação museológica em que sustento o presente estudo, na sua segunda parte, no capítulo dois - O LUGAR SOCIOCULTURAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: resistência e o direito a diversidade humana, situo o leitor sobre a construção social da deficiência, sua legitimação pelos dispositivos legais, a luta das pessoas com deficiência e organizações sociais que provocaram fundamentais mudanças neste enfoque.

No capítulo três - ENLACE TEÓRICO-METODOLÓGICO, partindo do Mapa Conceitual é possível compreender as escolhas para desenvolver o trabalho de campo e a análise de dados.

No capítulo quatro A EXPERIÊNCIA COMO POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DO OLHAR, discorro sobre o caso estudado, normas de acessibilidade, a exposição enquanto discurso e narrativa, a experiência pela voz dos visitantes e o entrelaçamento com estudos do campo da filosofia da experiência para identificar sua ocorrência e como ocupa no espaço da exposição.

Por fim, no último capítulo, apresento as considerações finais e me proponho a compreender que papel a experiência ocupa no espaço da exposição e seu impacto nos visitantes, de modo que a pesquisa, guiada por seu objetivo apresente resultados que possam contribuir para o campo da Museologia e em especial para os processos curatoriais.

2. O LUGAR SOCIOCULTURAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: resistência e o direito a diversidade humana

O tratamento dispensado às pessoas com deficiência ao longo da história se apresenta de forma diversa. O que é também observado com relação às culturas de cada lugar e a forma como nelas se lida com as deficiências. Para que se possa entender de modo mais claro a evolução da legislação e também das políticas públicas, em especial, as políticas públicas de cultura, onde se coloca, enquanto segmento, é importante situar a deficiência em períodos históricos, identificando em cada um e suas características.

Até o Século XVIII - viveu-se a **fase da exclusão**. Neste período a pessoa com deficiência era tratada como animal selvagem, um monstro, antinatural ou como aponta Seone (2011, p.19) “a deformidade e a deficiência são consideradas uma expressão de desordem e também em outras culturas tradicionais, como [...] desgraça, castigo divino”. A consequência dessa visão era a negação e a exclusão da pessoa de sua vida social. Mantinham-na escondida.

Final do Século XVIII até 1970 - instaura-se o **modelo médico** em que as medidas mais drásticas acerca da deficiência dão lugar concomitante a uma maior exposição das pessoas com deficiência, mas também ao seu abandono em instituições como asilos, reformatórios e manicômios. Neste período predomina a reclusão institucionalizada, de forma significativa com relação às deficiências cognitivas, as pessoas adquirem a condição de “ser humano doente” e imerge a perspectiva reabilitacional. A deficiência apresenta-se neste modelo como uma tragédia pessoal, em que o sujeito não tem qualquer autoria sobre as decisões de sua vida sendo as mesmas remetidas a “[...] peritos, profissionais e voluntários, no seio de estruturas que tendem a consagrá-las como objetos passivos de cuidado.” (MARTINS, p.114). É o que o Oliver (1996, p.53) chama de calvário da reabilitação.

A partir dos anos 1970 – De acordo com Seone (2011, p.149) surge o **modelo social ou fase de integração e normatização**, na qual a pessoa com deficiência passa, ela própria, a negar a ideia de infortúnio que sua deficiência até então representou através das convenções sociais de normalidade que lhes imputava “o aprisionamento no corpo físico” de uma cultura instituída que atravessou séculos provocando o “descarte” do humano que sempre habitou cada pessoa. Dizendo de outro modo, é finalmente a partir do protagonismo das pessoas com deficiência, amparado por mudanças conceituais que eles próprios tensionaram, que neste modelo passa a ser considerada sua condição humana e enquanto sujeito de direitos, de autonomia em sentido amplo. A sociedade começa a discutir a deficiência abertamente. Contudo, há críticas a esse modelo pelo risco do silenciamento das duras experiências cotidianas das pessoas com deficiência tendo em vista que as barreiras que enfrentam não se inscrevem únicas e tão somente no espectro do comportamento social – elas são fáticas e requerem mais do que a revisão conceitual.

É neste contexto que, em 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a “Declaração sobre os Direitos das Pessoas Deficientes”, assumindo a igualdade de direitos civis e políticos das pessoas com deficiência. No ano seguinte, 1976, institui o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência através da Resolução 31/123. Contudo, é o **Programa Mundial de Ação relativo às Pessoas Deficientes** adotado pela Assembleia Geral da ONU, em 1982 (resolução 37/52) e a década de 1983-1992 como a “**Década Das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência**”, que internacionalizou a agenda acerca dos direitos das pessoas com deficiência, refletindo em avanços que levaram a produção do mais importante (MARTINS, p.118) documento sobre o tema: Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, embrião da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que viria em 2006.

Anos 2000 - Modelo da Diversidade ancora-se no ativismo social e político das pessoas com deficiência e suas organizações, que somado a contribuições acadêmicas, segundo Seone (2011, p.149), visibilizam a situação das pessoas com deficiência e insiste na “deficiência como um passo que

configura decisivamente a identidade pessoal e proporciona sentido pertença e valoração de forma positiva [...] se trata unicamente de viver de uma maneira diversa”. (minha tradução).

Assim, em 2006 a ONU, apresenta o primeiro tratado de direitos humanos do século XXI.

La Convención de la ONU es un intento de superar y armonizar estos três modelos: médico, social y de la diversidad, a través de una síntesis denominada el modelo de los derechos. La persona con discapacidad no es una enferma, ni es el resultado de la acción social, ni una persona simplemente diferente: es un sujeto de derechos. (SEONE, 2011, p.22)

Por esta síntese, viu-se como a deficiência foi concebida e conduzida pela sociedade ao longo dos séculos. Tão importante quanto essa questão é compreendermos o encadeamento da luta das pessoas com deficiência, suas entidades articuladoras e o reflexo dessas lutas nas políticas culturais do Brasil.

Foi entre os anos 1960 e 1970, que a busca pelos direitos à igualdade das pessoas com deficiência se iniciou nos Estados Unidos diante do impacto das pessoas marcadas pelas sequelas da Guerra do Vietnã, conforme refere Martins (2004, p.110). O autor aponta o impulso dado pela cultura universitária, “com a criação do primeiro centro para a vida independente (*center for independent living*), a partir de uma residência destinada a estudantes”, como importante marco na sua propagação, inicialmente pelo continente americano. Segundo os estudos do autor, a luta estudantil em defesa das condições de vida das pessoas com deficiência resultou na criação do movimento conhecido como “*Independent Living Movement*”, um movimento tão estruturado que gerou impacto inclusive na Organização Mundial da Saúde (OMS) subvertendo a concepção dominante de deficiência.

O movimento britânico criado em 1974 constitui-se de uma organização supra institucional que congregou diversas organizações de pessoas com deficiência – uma espécie de “confederação” e, nos dizeres de Martins (2004,

p.111) a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS) “viria a assumir uma fulcral importância” porque sua proposta centrava-se em provocar mudanças na forma como a deficiência era socialmente vista e mantida. Neste sentido publicou, em 1976, a obra intitulada “Princípios Fundamentais da Deficiência” apresenta os conceitos *impairment* - a deficiência e *disability*- a incapacidade.

Ao definir, na publicação, *disability* “como uma forma particular de opressão social”, conforme Martins (2004, p.112), os ativistas britânicos produziram, com efeito, um documento que afirma o papel da sociedade na discriminação das pessoas com deficiência.

Em 1980, o movimento das pessoas com deficiência obtém uma vitória significativa relacionada à Organização Mundial da Saúde e a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), que originou a atual Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), que de acordo Farias e Buchalla (2005, p.188) “representa uma mudança de paradigma para se pensar e trabalhar a deficiência e a incapacidade, constituindo um instrumento importante para avaliação das condições de vida e para a promoção de políticas de inclusão social”

Em 1999, a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência foi promulgada, na Guatemala, com a intenção de que os países membros buscassem medidas efetivas para prevenir e eliminar a discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência. O Brasil adotou a Convenção mediante o Decreto 3956 de 8 de Outubro de 2001. Sobre o direito à diferença se manifesta Boaventura de Souza Santos,

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (2003, p.56)

Um pouco mais adiante, em 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU), promulgou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência, ratificada pelo Brasil dois anos mais tarde, em 2008, portanto, menos de uma década atrás. Em 2015, sancionada a Lei Brasileira de Inclusão – Lei 13.146 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no CAPÍTULO I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, no CAPÍTULO II - Dos Direitos Sociais, no CAPÍTULO III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, no CAPÍTULO VII - Da administração Pública, no CAPÍTULO VII - Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, no TÍTULO IX - Das Disposições Constitucionais Gerais, apresenta dispositivos referentes à pessoa com deficiência.

Em termos de legislação brasileira específica, o Decreto 3298 de 20 de Dezembro de 1999 dispôs sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência em regulamentação a Lei 7853 de 24 de Outubro de 1989. Ou seja, a regulamentação da Lei deu-se uma década após sua aprovação, o que demonstra por si a dificuldade dos legisladores em lidar com a diversidade humana e atuar de forma célere para assegurar direitos iguais e respeito à cidadania de milhões de pessoas.

Neste decreto, é apresentado o conceito de “desenho universal” que no texto legal é assim definido: “concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade”.

Passados oito anos de vigência do Decreto 3298/1999, em 16 de Novembro de 2006, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, através da portaria nº 142, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, que reuniu um grupo de especialistas brasileiros e representantes de órgãos governamentais responsáveis por formular políticas governamentais e parcerias entre a sociedade civil e órgãos públicos referentes à área de tecnologia assistiva - TA, dentre outras atribuições voltadas à promoção de qualidade de vida às pessoas com deficiência. (BRASIL – SDHPR, 2012).

Há ainda um conjunto importantes de leis, decretos, normas sobre as pessoas com deficiência que abarcam as áreas da assistência social,

educação e esportes, as quais opto por não incorporar ao estudo já que este se localiza no âmbito da cultura. Contudo friso que todo e qualquer avanço contido no conjunto normativo citado é fruto das lutas das pessoas com deficiência em prol de seus direitos e cidadania.

No que se refere à acessibilidade e os direitos culturais, no Brasil, o marco das discussões se deu a partir da iniciativa de Albertina Brasil e Ritamaria Aguiar, em 1988, quando fundaram a Associação Very Special Arts Brasil e desenvolveram, em parceria com a Funarte o **Programa Arte sem Barreiras**, que formou uma rede nacional de artistas com e sem deficiências, passando a incluir o direito a fruição estética na pauta da política cultural nacional. Desta iniciativa derivaram, por exemplo, os encontros e os festivais **Arte sem Barreira** e, mais tarde, no ano 2000, após o falecimento de Albertina Brasil, a Funarte passou a desenvolver ação denominada **Além dos Limites**, com financiamento da Caixa Econômica Federal, custeou bolsas para artistas com deficiência, mostras e outras atividades. Em 2007, a política cultural para pessoas com deficiência é assumida pela Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural – SID.

Em 2008, o governo federal, através desta Secretaria realiza a 1ª Oficina Nacional de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência chamada “**Nada sobre nós sem Nós**”, assumindo o tema do movimento de luta das pessoas com deficiência.

Também foi em 2008, a Biblioteca Nacional (RJ) passa a desenvolver o projeto *Biblioteca Acessível*, que auxilia pessoas com deficiência visual e idosos na realização de pesquisas nos acervos físico e digital, tendo formado seu corpo técnico para o atendimento especializado e capacitação para auxílio aos usuários em equipamento como ampliadores de textos eletrônicos, leitores de livros autônomos, linhas Braille, folheadores automáticos de livros, teclados e mouses especiais, impressoras Braille e programas para leitura de textos com reconhecimento de voz.

O Instituto Brasileiro de Museus na 1ª Oficina Sul Americana de Mediação em Museus e Centros de Ciência (2008), no Estatuto de Museus, Lei

nº 11.904 (2009), no 4º Fórum Nacional de Museus (2010), no 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (2010), no 1º Seminário Estadual de Acessibilidade em Museus e Instituições Culturais (2011), pautou o tema acessibilidade, além de ter desenvolvido Caderno específico⁶ com orientações para a acessibilidade em museus brasileiros.

O Plano Nacional de Cultura é uma das mais importantes ferramentas de garantia dos direitos culturais dos brasileiros. Foi aprovado através da Lei nº 12.343/2010 e apresenta um conjunto de diretrizes para a cultura brasileira que envolve as esferas municipal, estadual e federal. Em sua Diretriz de número 29, o PNC visa “GARANTIR QUE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POSSAM TER ACESSO AOS ESPAÇOS CULTURAIS, SEUS ACERVOS E ATIVIDADES” e apresenta uma meta audaciosa quanto às pessoas com deficiência e a cultura: 100% DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, MUSEUS, CINEMAS, TEATROS, ARQUIVOS PÚBLICOS E CENTROS CULTURAIS ATENDENDO AOS REQUISITOS LEGAIS DE ACESSIBILIDADE E DESENVOLVENDO AÇÕES DE PROMOÇÃO DA FRUIÇÃO CULTURAL POR PARTE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, até 2020.

O Plano Nacional do Livro e Leitura, instituído pelo Decreto Nº 7.559, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011, entre outras importantes formas de fomento à leitura apresenta proposição para pessoas com deficiência em sua linha de ação 4 - distribuição de livros gratuitos que contemplem as especificidades dos neoleitores jovens e adultos, em diversos formatos acessíveis. No site do Projeto, é possível baixar livros em formatos acessíveis, cadastrando-se como usuário no endereço: <http://acessibilidadeembibliotecas.culturadigital.br>.

Além do acesso a obras em formato acessível, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), em articulação com os sistemas estaduais selecionou Bibliotecas que atendessem a um conjunto de condições de promoção de acessibilidade para integrar o piloto nacional, em 2014. Foram

⁶ Acessibilidade a Museus. Cadernos museológicos - Volume 2. Disponível em http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf

selecionados dois estados por região do país, cabendo a região sul a participação de Santa Catarina e Paraná.

O Rio Grande do Sul não participa da ação e não há informações sobre quais eram as condições para integrar o Projeto Acessibilidade em Bibliotecas.

Através da Instrução Normativa nº1, de 24 de Junho de 2013, o Ministério da Cultura passou a exigir que em todos os projetos culturais submetidos à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, com vistas a obter autorização de captação de recursos através da Lei Rouanet - lei de incentivo fiscal brasileira deveria apresentar os critérios de acessibilidade ao produto cultural na proposta e a comprovação de sua concretização por ocasião da prestação de Contas.

Em 2014, a Agência Nacional do Cinema (Ancine), estabeleceu que todos os projetos de produção audiovisual financiados com recursos públicos federais geridos pela agência deverão contemplar nos seus orçamentos serviços de legendagem descritiva, audiodescrição e Libras. Além disso, cada um deles deverá encaminhar uma cópia com formato acessível para a Cinemateca Brasileira, que vem paulatinamente aumentando seu acervo inclusivo.

Cabe destacar que O Museu Histórico Nacional, administrado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), entidade vinculada ao Ministério da Cultura, foi o primeiro do Brasil a oferecer guia multimídia com linguagem em Libras para deficientes auditivos.

Segundo o MINC(2016), foram executadas obras para permitir a locomoção e acesso para cadeirantes e idosos ao Museu Histórico Nacional, que desenvolveu ainda, durante o Governo Dilma Roussef, o programa *Museu para Todos*⁷, que levou exposições itinerantes para um público que não podia ir ao museu, como presidiários. Não foi possível no decurso da realização deste trabalho identificar se há continuidade deste programa, entretanto nenhuma informação sobre ele foi localizada no site do Museu em 2017.

⁷ Notícia disponível no site do Ministério da Cultura: < http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/cultura-acessivel-a-pessoas-com-deficiencia/10883> consultado em: 10/10/2017.

É também na seara dos direitos humanos que a diversidade e o direito à igualdade na diferença encontram respaldo e extensa pauta de reivindicações, afinal, o número de pessoas com deficiência no mundo aumenta de forma acelerada, segundo a OMS, entre outros fatores por conta do envelhecimento, acidentes, e doenças crônicas como o diabetes, doenças cardiovasculares e distúrbios mentais.

Em 2012, eram 200 milhões de pessoas com deficiência e limitações para a vida cotidiana no mundo, segundo o Relatório Mundial sobre a Deficiência, da Organização Mundial da Saúde⁸.

Considerando que o estudo de caso em pauta analisa uma exposição acessibilizada ocorrida no Rio Grande do Sul, apresento dados sobre pessoas com deficiência no Estado e na Cidade de Porto Alegre por considerar relevante à compreensão da pesquisa realizada e suas conclusões. Os dados são relativos ao censo do IBGE.

Gráfico da população residente no RS, por tipo de deficiência.

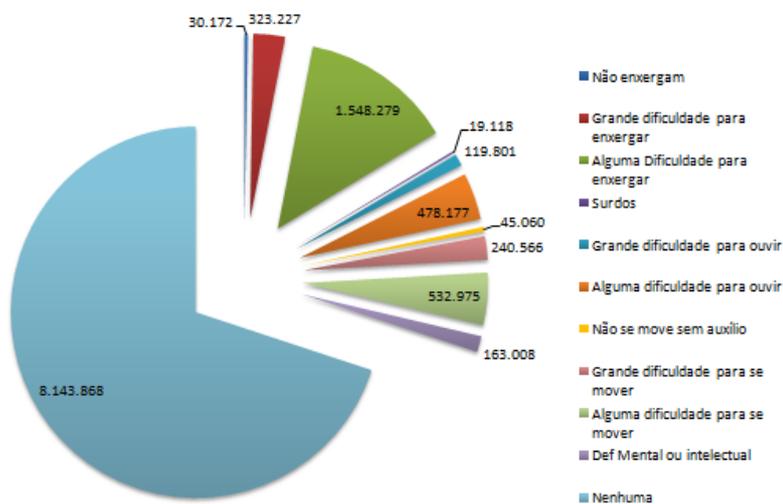


Figura 2. Gráfico de dados sobre as pessoas com deficiência no RS Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 – Dados Preliminares

⁸ Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf

Os dados sobre a cidade de Porto Alegre informados pela Prefeitura têm como fonte dados do Censo 2010 do IBGE e revelam que aproximadamente um quarto da população do município referiram pelo menos uma das deficiências investigadas. Na evolução histórica, ocorreu um aumento de 66,92%. Em 2000, o percentual era de 14,3, ou seja, 194.351 habitantes, atualmente 23,87% dos investigados, 336.420 habitantes informaram pelo menos uma das deficiências investigadas. Dos indivíduos residentes na Capital em 2010 declararam alguma deficiência visual 249.804, 104.070 motora, auditiva 80.753 e mental 23.581 habitantes. Desses, 202.372 são do sexo feminino e 134.048, do masculino.

O que chama a atenção é que embora o modelo médico de deficiência tenha sido, em tese superado, as informações sobre esta questão encontram-se na página da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre oferecendo uma leitura de que as pessoas com deficiência são compreendidas pelo poder público municipal como doentes.

O documento brasileiro que apresenta a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências, ratificada pelo País, em seu texto inicial lembra que “hoje não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação e nos serviços” (CONVENÇÃO, 2009, p.6).

Em oposição a uma atitude de reconhecimento do outro, a pessoa com deficiência como alguém pleno de capacidades independente das limitações físicas a que seu corpo está sujeito em função de determinada deficiência, Mello (2016) indica a categoria “capacitismo” para designar o ato de discriminar uma pessoa com “atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional” (p.3267). Apesar de a expressão datar do século passado, é pouco usual e não está referida na maior parte da bibliografia consultada.

No Brasil, a luta contra o capacitismo ganhou reforço a partir das redes sociais como ferramenta de mobilização na campanha #écapacitismoquando, onde as diversas situações cotidianas vivenciadas por pessoas com deficiência são apontadas, de modo a explicitar atitudes que precisam, urgentemente, serem repensadas para que a deficiência seja entendida como uma

característica da pessoa que a possui e não enquanto algo que a incapacite, auxiliando assim no rompimento de barreiras, na convivência livre de preconceitos e exclusão, de modo a valorizar a potência de cada sujeito para tornar o mundo um lugar mais solidário.

Como busquei demonstrar as deficiências geraram, por longo período da história da humanidade, uma cultura de exclusão para milhares de pessoas, cuja própria luta, somada aos movimentos organizados forjaram outros tempos e caminhos que lhes tirou da invisibilidade, sem, contudo, lhes devolver o lugar da cidadania que lhes é de direito: o da igualdade.

O Brasil tem o maior e melhor conjunto de leis voltadas às pessoas com deficiência, porém, a exemplo do que ocorre em outros países, entre há Lei e a vida dos seus beneficiários há um abismo gigante que impede o acesso aos direitos mais elementares.

Infelizmente as políticas públicas são transitórias e se vão com as mudanças de governo caracterizando-se como políticas de prazo determinado. Ainda assim é necessária a justa referência a existência de inúmeras iniciativas que buscam não só o caráter reparador que as normas possuem, mas efetivamente se propõe a fazer a diferença atuando no âmbito da mudança de paradigmas.

Partindo do lugar sociocultural da deficiência, necessário para que seja compreendida a análise resultante desta pesquisa, passo a explanar os caminhos metodológicos escolhidos.

3 ENLACES TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresenta-se o percurso da pesquisa nos seus aspectos teóricos e metodológicos, partindo do mapa conceitual que demonstra os conceitos, autores e principais leituras adotadas.

3.1 Mapa Conceitual da pesquisa

Por apresentar, de forma visual, as escolhas e caminhos percorridos, entendo que o mapa conceitual se adéqua para explicar o delineamento de como foi construído o estudo em tela.

Criado pelo professor e educador americano Joseph Novak, nos anos 1970, a ferramenta consiste em “*estruturas esquemáticas [...] dispostas em uma espécie de rede de proposições, de modo a apresentar mais claramente a exposição do conhecimento e organizá-lo segundo a compreensão cognitiva do seu idealizador*” (MOREIRA, 2004, p.17).

O mapa da **Figura 3** destaca os conceitos utilizados para a análise proposta nas cores verde escuro e amarelo, os referenciais teóricos em azul e o caminho percorrido para compreender as questões relativas à deficiência, às lutas contra o capacitismo⁹ e à legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência em vermelho.

Essa estruturação demonstra que a pesquisa percorreu dois caminhos com desdobramentos em cada um deles: o lugar sócio cultural das deficiências e os sujeitos da experiência.

No primeiro buscou identificar os modelos de deficiência situando-os temporalmente e nas lutas que desencadearam conquistas, em especial enquanto arcabouço jurídico. No segundo percorreu as correntes teóricas acerca da filosofia de experiência e a experiência na educação, além dos

⁹ Atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. MELLO. Anahi. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. p.3266. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2016, 2016

conceitos de curadoria museológica e curadoria acessível para finalmente analisar o objeto de estudo: a Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos(2015).

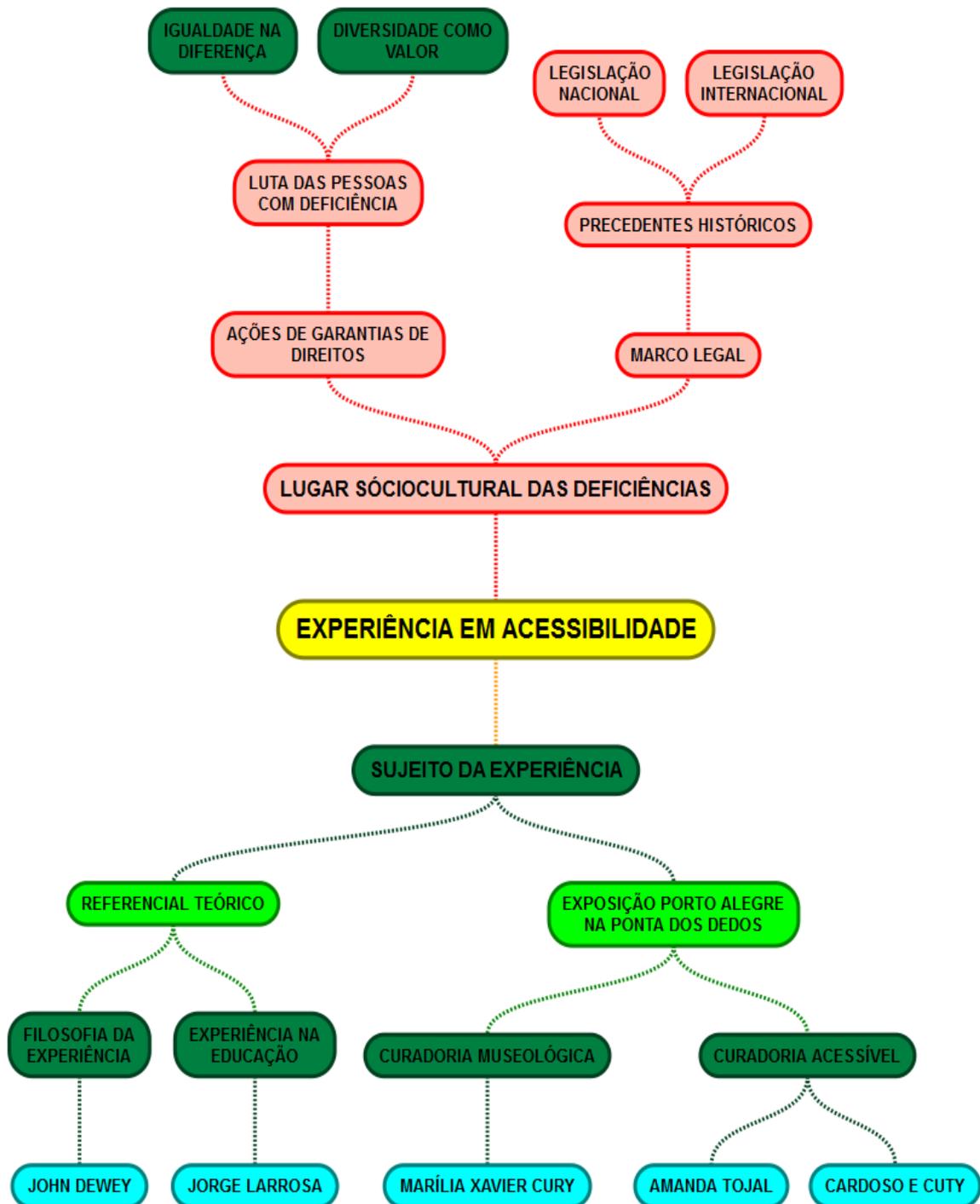


Figura3. Mapa conceitual1. Fonte: Couto, 2017.

3.2 Definições metodológicas e percurso de pesquisa

Um trabalho científico obedece a um rigor metodológico no qual a abordagem difere a depender do tipo de pesquisa a ser realizado, sendo esta a primeira escolha do pesquisador para a investigação de um determinado objeto, que segundo Minayo(2001, p.13) apresenta duas direções: “ numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas.”

A autora chama a atenção para a necessidade de que os investigadores, além dos critérios de historicidade e colaboração, revistam-se da humildade para reconhecer que o conhecimento “é aproximado, é construído”.

Adota-se a pesquisa de abordagem qualitativa para desenvolver a investigação proposta por entendê-la como a mais apropriada à análise discursiva que de seu objeto, tendo como pressuposto o que nos aponta Minayo:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (2001, p. 14).

Neste tipo de pesquisa, conforme Denzi e Lincoln (2006, p. 17) o foco está na compreensão dos fenômenos a partir dos seus símbolos ou significados atribuídos a eles, onde para a construção do conhecimento “os pesquisadores [...] utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance”.

Guedes (2015) defende que na pesquisa qualitativa

[...] a fonte direta de dado é o ambiente natural; a forma de registro é descritiva; o interesse principal são os processos e não os produtos e resultados; os dados são analisados na maioria das vezes de forma indutiva e o significado é de importância vital; Neste sentido, a busca da compreensão da realidade se dá na análise de situações interativas e multidimensionais. (2015, p.15)

O procedimento metodológico entendido como aquele que oferece condições interpretativas para a presente investigação é o estudo de caso. Nele, de acordo com Fonseca (2002, p.33), o pesquisador “procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes”.

Para Minayo (2001, p.26) “o ciclo da pesquisa é um trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações”. Contudo a autora aponta três fases distintas, a saber: fase exploratória, trabalho de campo e análise dos dados.

Na fase exploratória o projeto de pesquisa estrutura-se a partir de sólidas bases: é tempo “dedicado a interrogarmos o objeto, os pressupostos, as teorias, a metodologia”, construindo por inteiro o projeto de investigação.

Para cumprir esta fase, foram feitas pesquisas que estabeleceram o estado da arte nos repositórios digitais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – LUME, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo - USP, Banco de teses e dissertações da UFRJ, Pantheon UFRJ, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Scielo – Scientific Electronic Library Online, além de reunir bibliografias constituídas de livros adquiridos pela autora e outros disponíveis nas bibliotecas da UFRGS.

Subsidiaram ainda o aporte teórico utilizado na presente investigação os materiais didáticos utilizados no Curso de Acessibilidade em Ambiente Cultural (UFRGS, 2014) e no Curso A Deficiência, a Discapacidade e os Direitos Humanos (Universidade de Coimbra, 2017).

Para estruturar a organização do material empírico, desenvolvi um quadro com os documentos considerados de relevância, as perguntas sobre

cada um e o suporte teórico que sua análise suscitou, conforme apresentado abaixo:

Tipo de Documento	Perguntas	Conceitos/Autores
<p>1. Livro de depoimentos dos visitantes</p>	<p><i>A experiência de acessibilidade</i> foi percebida como inovação ou como uma ferramenta de garantia de direitos culturais das pessoas com deficiência?</p> <p>Quais as expressões mais usuais registradas no livro e o que elas significam?</p>	<p>A experiência e o saber de experiência</p> <p>Exposição acessibilizada</p> <p>John Dewey</p> <p>Jorge Larrosa Bondía</p> <p>Marília Xavier Cury</p>
<p>2. Pesquisa visitante olhos vendados (VOV)</p>	<p>Qual a relevância da “acessibilidade” da Exposição nas avaliações dos visitantes que fizeram o percurso com olhos vendados? Que elementos aparecem de forma explícita nas avaliações?</p>	<p>Exposição acessibilizada</p> <p>A experiência e o saber de experiência</p> <p>Comunicação museológico</p> <p>Jorge Larrosa Bondía</p> <p>Marília Xavier Cury</p> <p>John Dewey</p>
<p>3. Fotos dos Visitantes na Exposição</p>	<p>As fotos evidenciam a ocorrência de “experiência”?</p> <p>Que sentidos foram mais utilizados pelos visitantes?</p>	<p>A experiência e o saber de experiência</p> <p>Comunicação museológica</p> <p>Jorge Larrosa</p> <p>Eduardo Cardoso e Jeniffer Cuty</p> <p>Amanda Tojal</p> <p>Marília Xavier Cury</p>
<p>4. Pareceres do FUMPROARTE</p>	<p>Que importância é atribuída a acessibilização proposta pelo Projeto? Há na análise referência a questões como inclusão e diversidade?</p>	<p>Acessibilidade em ambiente cultural</p> <p>Diversidade como valor</p> <p>Amanda Tojal</p> <p>Eduardo Cardoso e Jeniffer Cuty</p>

Figura 4. Quadro de documentos analisados. Fonte Couto, 2017.

Na fase de trabalho de campo, foram revisitados, inúmeras vezes, os referenciais bibliográficos e documentais para dirimir questões pontuais que se

apresentavam. Uma vez analisados os documentos descritos na Figura 3, realizei o agrupamento estabelecendo categorias comuns as falas dos visitantes de acordo com os tipos 3 e 4 de documentos, resultando em falas com foco na arquitetura e elementos decorativos dos prédios e falas com foco na experiência do toque e o lugar da acessibilidade.

Minayo (2001, p.27) nos ensina que o “O tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição.

Para proceder a análise dos dados coletados conforme os critérios e respectivas fases apresentadas busquei, para cada conjunto documental e categorias de análise definidas, proceder ao cruzamento entre os achados da pesquisa e a sustentação teórica previamente reunida, de modo a manter a coerência com o problema e o objeto iniciais.

A partir deste entrelaçamento, selecionei imagens para utilizar no trabalho final, criei os mapas conceituais apresentados e passei a redigir o presente texto, que após sua primeira versão passou pela análise da Orientadora e Co-orientadora, retornou para reformulações e foi encaminhado para revisão de Língua Portuguesa e Normas ABNT. Após a versão final foi encaminhado para a análise da Banca.

Cabe ressaltar a importância das constantes releituras de todo o material selecionado para utilização na pesquisa, em especial os documentos, pois a cada debruçar de olhar atento, as descobertas também se multiplicavam. Desta forma questões que inicialmente não haviam surgido foram sendo reveladas.

Os mapas conceituais desenvolvidos auxiliaram de modo muito significativo para que o foco fosse mantido e os caminhos retomados sempre que se mostrou necessário. Com a compreensão de que a visualidade torna mais inteligível para o leitor acompanhar o presente estudo, apresento este percurso metodológico também através de um mapa conceitual.

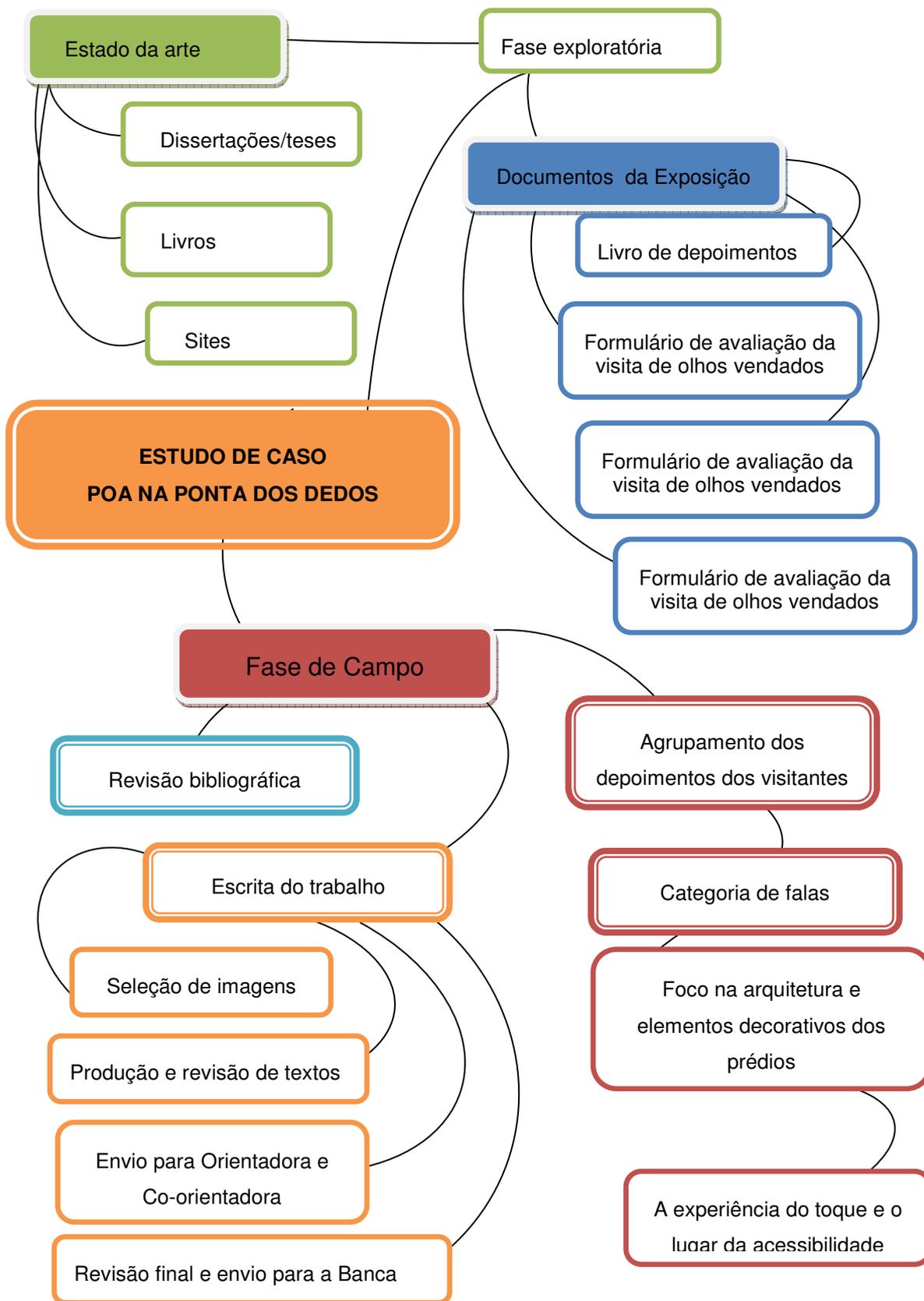


Figura 5. Mapa conceitual 2. Fonte: Couto, 2017.

4 A EXPERIÊNCIA COMO POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DO OLHAR

4.1 - *Exposição acessibilizada: um novo conceito*

Aqui defendo às exposições com dispositivos de acessibilidade como **exposições acessibilizadas**, tendo em vista ser fruto da intencionalidade de dar acesso.

Para subsidiar esta proposição começo por indicar a etimologia da palavra acessível, onde no latim *accessibilis* diz-se do que se consegue ter acesso com facilidade, lugar a que se consegue chegar¹⁰.

O uso da expressão “exposição acessibilizada” não foi encontrado em nenhuma referência da Museologia, das Artes ou do Design, contudo na Química¹¹ e na Informática¹² se diz “acessibilizado” para abordar os modelos criados com vista a possibilitar a compreensão de conteúdo e aprendizado às pessoas com deficiência ou ao uso de ferramentas, para o caso da Informática.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da NBR 9050, define acessibilidade como possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

A mesma Norma define ainda acessível como espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação, diz a ABNT ao final da definição do termo.

¹⁰ <disponível em <https://www.dicio.com.br/accessivel>>. Consultado em 21/10/2017.

¹¹ RAZUK, Renata. NETO, Washington. A química orgânica acessibilizada por meio de kits de modelo molecular adaptados Revista Educação Especial | v. 28 | n. 52 | p. 473-486 | maio/ago. 2015. Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>

¹² Bacellar, Simone Leal Ferreira, SANTOS, Rodrigo Costa dos. SILVEIRA, Denis Silva da. Panorama da Acessibilidade na Web Brasileira. XXXI Encontro da ANPAD.2007

O conjunto de legislações internacionais e a farta legislação brasileira, avançada em nível mundial no que se refere à proteção dos direitos das pessoas com deficiência, adota as expressões acessíveis e acessibilidade em referência as condições de “pleno acesso”.

Amanda Tojal (2007), referência na promoção de acessibilidade na Pinacoteca de São Paulo – primeiro projeto dessa natureza no Brasil, em sua tese de doutoramento se vale da expressão “acessibilidade museológica” para se referir aos programas de ação educativa voltados às pessoas com deficiência.

Vivane Sarraf (2015), pesquisadora do tema acessibilidade com foco nos processos comunicacionais, adota a expressão “mediações acessíveis em espaços culturais” e faz referência em seus estudos a “acessibilidade” e “acessíveis” no sentido de garantia de plena fruição ao conteúdo e pelo gozo do ambiente sem barreiras.

Sónia Santos (2009), pesquisadora portuguesa, em sua dissertação trata, assim como Tojal, de “acessibilidade museológica” e defende a mudança atitudinal como elemento fundamental para a garantia do acesso em seu sentido mais amplo.

Ainda sobre o termo acessibilidade e o trato dado a ela pela Pinacoteca de São Paulo vale referir o posicionamento de Chiovatto (2010),

Quando tratamos da acessibilidade em museus, diferentes concepções do termo se impõem. Em nossa prática no Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca utilizamos o termo acessibilidade no que consideramos uma acepção mais ampla, envolvendo não apenas as questões ligadas à promoção de acesso físico, por meio da garantia de circulação e afluxo de público às instituições (com a utilização de rampas, elevadores e mesmo com a gratuidade nos ingressos), mas também – e especialmente – no que se refere a aspectos intangíveis do contato com os museus, como aqueles relacionados ao acesso cognitivo, ou seja, ao desenvolvimento da compreensão dos discursos expositivos e patrimoniais, e ao que podemos chamar de acesso afetivo ou atitudinal, por meio do desenvolvimento da identificação com sistemas de produção e fruição

da arte e da cultura, e da confiança e prazer pela inserção no espaço do museu. Com a ampliação da compreensão e uso do termo, os museus podem desenvolver ações de acessibilidade que incluam diversos grupos excluídos dos processos e sistemas oficiais de cultura (CHIOVATTO; AIDAR; SOARES; AMARO, 2010, p.18).

Ao indicar pela expressão “acessibilizada” que a exposição foi produzida tendo como foco a promoção da acessibilidade não estamos dizendo de modo algum que ela vai permitir a fruição para todas as pessoas, porque ainda que tenha o mais largo espectro de dispositivos, um robusto orçamento para tal feito ou conte com uma criatividade gigantesca na produção de soluções para dar acesso, mesmo assim um determinado público não será atendido e se alguém ficar de fora não será efetivamente para todos os públicos.

Explico de outra forma: assim como a humanidade é diversa, as deficiências também o são e há graus de acometimento do sujeito dentro de um mesmo tipo de deficiência que requer a individualização de soluções para que lhe seja possível compreender um espaço, um artefato, um texto, estabelecer comunicações. Desta forma ao estarmos preparados para receber pessoas com deficiência visual e motora, por exemplo – em geral são tipos de acessibilidade que vem sendo, em alguma medida, implementados, devemos nos preocupar com os níveis de acuidade visual e com o tipo de deficiência motora, que está longe de ser somente aquela onde a pessoa utiliza cadeira de rodas.

Um visitante que utilize andador, muleta ou possua dificuldade para caminhar por encurtamento de tendões, precisará, em um espaço mais vasto, de bancos para descanso ao longo do percurso, assim como os idosos.

No acolhimento das pessoas com deficiência auditiva a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS, não é suficiente posto que há pessoas com surdez que lêem lábios e são oralizadas¹³, que outros tantos são surdos e falam, há surdos bilíngües (se comunicam em Português e LIBRAS), há de se

¹³ Surdos oralizados - se diz de pessoas surdas que fazem leitura e escrevem em Língua Portuguesa. Disponível em: <https://vidamaislivre.com.br/colunas/o-surdo-e-a-lingua-escrita/>

considerar ainda que nem todo o surdo é mudo e para cada um deles a abordagem deverá levar em conta suas características comunicacionais.

SOARES (2017, p.35) em seu estudo sobre surdez e educação dá uma importante contribuição para esta discussão ao trazer a baila a “[...]representação dominante da normalidade nas políticas de inclusão”, onde amparado por outros estudos aponta que “são praticas colonialistas dos ouvintes sobre os surdos”.

No campo teórico das discussões sobre acessibilidade é comum encontrar o uso da expressão “para todos” ou numa perspectiva mais abrangente de gênero “para todas as pessoas”. Não advogo aqui contra seu emprego no sentido de provocar o debate necessário e inadiável sobre diversidade, tolerância e respeito, contudo não é, para mim, adequado dizer que o “museu é para todos”, que a Exposição é voltada a “todas as pessoas”.

O “PARA TODOS OU TODAS AS PESSOAS” na minha concepção é uma utopia necessária, a grande meta – a aspiração, contudo a acessibilização é o caminho prático onde se produz as acessibilidades possíveis aqui e agora, dentro da imensa gama de identidades das deficiências e seus respectivos processos de apreensão e construção de mundo e de culturas sem fronteiras, distantes e ao mesmo tempo aproximadas por novas formas comunicacionais e de interações em tempo real.

Outro aspecto que considero gerar uma certa insolvência à expressão “para todos” ou para todas as pessoas” é o uso político desta expressão em slogan de governos de todas as esferas e filiações políticas, especialmente pós governo Luis Inácio Lula da Silva.

A ideia de que todos estão amparados pelas políticas públicas caiu no mais completo descrédito e habita o lugar comum do marketing político como um conceito generoso que na maior parte das vezes passa ao largo de práticas verdadeiras.

A título de ilustração trago um programa que logrou êxito nesta proposição – a de abranger todas as pessoas”. Trata-se do programa o Luz para Todos - implementado pelo governo federal, em 2003, visando levar energia elétrica a cerca de 10 milhões de residências no campo e com isso proporcionar qualidade de vida.

Em novembro de 2016, após os governos Lula e Dilma e alguns meses do Governo Temer, o programa havia atingido 15,9 milhões de pessoas, ou seja, efetivamente atingindo todas as pessoas de regiões mapeadas pelos Censos do IBGE, conforme dados do Ministério de Minas e Energia do Brasil¹⁴ e ultrapassado as questões ideológicas partidárias para prover o acesso a energia elétrica, o que raramente acontece tendo em vista que as políticas ditas “públicas” são na verdade políticas ideológicas partidárias e sucumbem às trocas de governo.

Outros programas não lograram o mesmo êxito, quer seja pela complexidade de suas execuções quer seja por metodologias ineficazes, logo o “para todos” tornou-se para alguns, em que pese esses alguns possam ser um número muito expressivo de pessoas.

Dizer, por exemplo, que a “escola é para todos” significa assumir e conduzir políticas capazes de propiciar efetivas condições de chegar e permanecer na escola enquanto permanecer este intimamente ligado ao que a escola se propõe, como recebe e se reconhece as diferenças cedendo-lhe o lugar de traço identitário, ainda que o detentor desta identidade exija metodologias, ferramentas e preparos diferenciados.

É, portanto, nessa trilha de pensamento que centro minha defesa de que construir soluções de acessibilidade focadas nas diferenças dentro de uma mesma deficiência, contemplando todos os tipos de deficiências, seria fundamental para que uma exposição, um espetáculo, um museu, um lugar de cultura, uma escola ou de convívio estivesse apto a promover a sociabilidade, a fruição, o desencadear da vida efetivamente para todas as pessoas. Apesar de ter a clara compreensão de que respeitar a diversidade e valorizar as diferenças e as potências de cada sujeito deva efetivamente trazer para a pauta dos fazeres e das práticas cotidianas essa atitude diante das pessoas com deficiência, isso é também uma utopia posto que não é possível executar algo com esta magnitude.

¹⁴ Informação disponível em < https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp> consultado em 13/01/2017,

Desta forma, o presente estudo aponta uma lacuna para nominar o tipo de exposição cuja preocupação com a acessibilidade no seu mais amplo sentido ocupe lugar de centralidade conceitual e por entender que “acessível” conduz ao lugar comum do que está dado, de que se fala de uma acessibilidade como que naturalizada e de uma prática rotineira, valho-me da expressão “exposição acessibilizada” para defini-la como aquela que tem na acessibilidade seu diferencial e mudança de atitude frente a um público diverso. É, pois, fruto de planejamento com o objetivo de atender a públicos com determinadas deficiências, constituindo, portanto, um conceito para o campo museológico, ao menos enquanto não for possível realmente fazer das exposições e dos museus o lugar de todos e para todos.

No caso da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos foram produzidos diferentes dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual de graus diferentes: fonte ampliada e contraste de cores (maquete tátil/parede) para a baixa visão; Braille e audiodescrição para pessoas cegas e maquetes táteis e tapetes podotáteis sinalizando a escada do mezanino para ambos. Essas soluções de acessibilidade estiveram disponíveis também aos visitantes videntes, o que entendo como altamente recomendável, não no sentido do simulacro da deficiência, mas como incentivo ao uso de sentidos não convencionais, estimulando assim a sensorialidade e fazendo da visita um deslocamento imersivo e lúdico no cotidiano, características propícias à promoção da experiência ao visitante.

4.2 A Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos: o lócus das experiências dos visitantes

O projeto da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos, inscrito no edital 05/2014 – Porto Alegre Amanhã, disputou na faixa de orçamento de R\$ 30 (trinta mil reais), obtendo a melhor pontuação entre os projetos que se inscreveram para tal faixa orçamentária. O diferencial do projeto foi a proposta de acessibilização no âmbito das artes visuais, questão destacada na avaliação no pareceres técnicos, haja vista que de modo geral, exposições com dispositivos de acessibilidade são raras.

Na análise pelos três Conselheiros do FUMPROARTE, a quem coube avaliar o projeto, foram considerados quatro aspectos aos quais foram atribuídos pontos: aspectos gerais e clareza da proposta, planejamento, retorno de interesse público e mérito.

Na proposição foi previsto um concurso fotográfico comemorativo aos 243 anos de Porto Alegre voltado à fotografia de prédios tombados do centro histórico da cidade. Participaram fotógrafos profissionais e amadores.

O Concurso não ofereceu premiação e a seleção objetivou expor os trabalhos selecionados, contudo na convocação dos fotógrafos indicava-se que suas fotos seriam acessibilizadas para pessoas com deficiência visual: “Declare seu amor por Porto Alegre. Fotografe os prédios do centro histórico e faça do seu olhar a ferramenta para que pessoas com deficiência conheçam nosso patrimônio edificado através de exposição tátil que será criada a partir do concurso”.

Foi no Instituto Santa Luzia – escola que atende crianças e adolescentes com deficiência visual em Porto Alegre e foi parceiro do Projeto na testagem das soluções de acessibilidade, que se deu o lançamento do concurso. Na ocasião, o regulamento foi entregue impresso em Braille aos alunos que são alfabetizados nesta linguagem.

A partir do lançamento, o concurso foi divulgado basicamente na internet, através de página no Facebook¹⁵ e postagens em páginas de fotografia, resultando em vinte e três imagens selecionadas que contemplaram fachadas e detalhes de nove prédios.

A segunda acolhida que o projeto da Exposição teve foi do Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo, ao qual o Projeto foi apresentado com vistas à ocupação de um dos espaços expositivos.

As fotos de fachadas selecionadas foram impressas no tamanho 70 x 90 cm, enquanto as fotos de detalhes foram impressas em tamanho 30 x 25 cm, ambas foram emolduradas com a utilização de vidro anti reflexo e para que os detalhes arquitetônicos pudessem ser sentidos, especialmente por pessoas com deficiência visual, foram produzidas maquetes tridimensionais feitas em

¹⁵ <https://www.facebook.com/POANAPONTADOSDEDOS/>

MDF recordado a laser, pintadas de branco para possibilitar contraste com as paredes laranjas (pensadas para essa finalidade).

Abaixo apresento algumas das fotos que foram acessibilizadas. O conjunto de imagens e detalhes sobre a montagem da exposição pode ser conhecido no site: www.poanapontadosdedos.weebly.com.



Figura 6: Fotos de Oscar Devita (acima) Alex Fabiani Santos(esquerda) e Ubiratan Fernandes(direita) e Marcelo Cavalcante (abaixo) participantes da Exposição.

Além da opção tátil, a cena fotográfica foi audiodescrita, o histórico de uso e curiosidades de cada prédio foi disponibilizado em Braille e impressão em fonte ampliada, O conteúdo da audiodescrição foi ofertado em aparelho MP3 afixado próximo da maquete completando um conjunto de soluções de acessibilidade.

Assim, para as pessoas com deficiência visual, a exposição deu conta dos diferentes sujeitos e suas necessidades específicas (baixa visão e cegueira).



Figura 7: Imagens da Exposição POA na Ponta dos Dedos. Fonte: Couto, 2017.

De igual forma foi montada em um espaço, o Centro Cultural CEEE Érico Veríssimo, dotado de elevadores e pleno acesso para cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, onde foram utilizadas vitrines houve cuidadosa montagem deixando campo de giro para cadeira de rodas ou deslocamentos com andadores. Contudo não houve mediação ou conteúdo em libras disponibilizados para surdos não oralizados ou mediação para surdos aptos à leitura labial, tampouco mecanismos voltados a outros públicos com necessidades cognitivas diversas, como o público altista, com síndrome de Dow, paralisias, dentre outras.

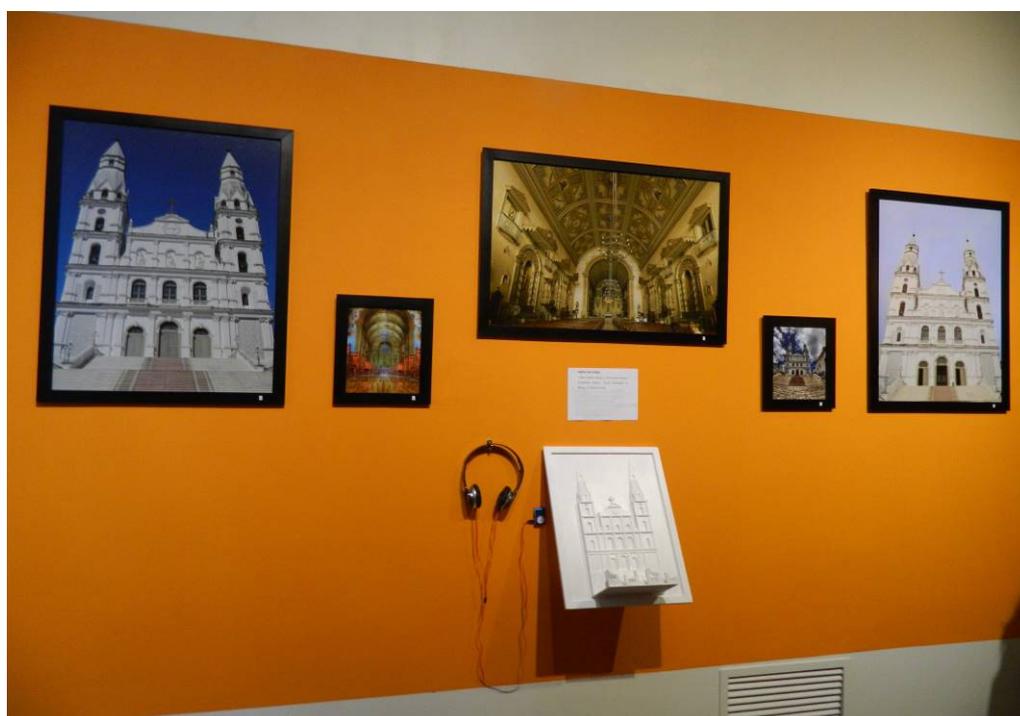


Figura 8. Disposição das fotos, maquete tátil, legenda e legenda em Braille e equipamento de áudio descrição da sala do 2º andar – Igreja das Dores. Fonte: Couto, 2017.

Cabe destacar que a primeira maquete produzida pelo artista Henrique Grandini apresentou o prédio do Memorial do Rio Grande do Sul em sua cor original (amarelo) e o fundo onde estava afixada em marrom, ocasionando um sério problema de contraste para a baixa visão, o que demandou a recomendação de que as maquetes deveriam ser todas brancas, já que o projeto previa as paredes em laranja.

Para potencializar a compreensão de como foi concebida a Exposição apresento o texto curatorial que a abriu, produzido em fonte ampliada e disponibilizado em Braille.



Imagens falam por si, dispensam adjetivos – são, por natureza, autossuficientes em sua capacidade de causar impressões.

Na fotografia, a técnica está a serviço da produção de registros, mas há algo de especial, um recorte, um jeito de olhar para o que está diante da câmera, o melhor ângulo, a luz perfeita e a inevitável escolha do que se quer mostrar que a torna única. Técnica e sensibilidade se aliam para produzir imagens e sentidos cada vez em maior quantidade chegando ao número estimado de 300 milhões de novas imagens fotográficas por dia.

A Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos se concretizou a partir de um chamado aos fotógrafos, no aniversário da cidade, para registrar o patrimônio do Centro Histórico, tendo o compromisso em tornar acessíveis tais imagens a um público que até bem pouco tempo era inimaginado como visitante: as pessoas com deficiência visual. Ainda oferece àqueles que, apressados - tocados pelos ventos modernos da correria cotidiana, passam dia a dia por locais de rara beleza sem perceberem-na, a chance de debruçar um novo olhar sobre detalhes da arquitetura porto-alegrense.

A proposta ganhou adesões, recebeu financiamento do FUMPROARTE e o resultado é um conjunto de prédios para serem vistos, tocados, escutados – descobertos, da mesma forma que é preciso descobrir na humanidade o respeito à diversidade e aos direitos culturais de todas as pessoas.

Doris Couto e Leila Pedrozo

Curadoras

Figura 9 : Texto curatorial da Exposição. Fonte: Couto, 2017.

Como ação educativa da exposição foi oferecida aos visitantes, aos sábados à tarde, a visitação de olhos vendados – VOV, onde os mesmos eram recebidos no hall do Centro Cultural, ali eram vendados e conduzidos pelo elevador para cadeirantes, mais lento que os elevadores comuns. Durante o percurso as curadoras que faziam a mediação iniciavam abordando a diferença do tempo para quem precisa se locomover vencendo barreiras arquitetônicas – sem atalhos e por caminhos muitas vezes tortuosos. Depois os levavam para o percurso de visitação indicando-lhes o primeiro conjunto de imagens relativos a um determinado prédio, onde eram convidados a tocarem no intuito de identificá-lo e/ou perceber detalhes da arquitetura e elementos decorativos. Acaso não conseguissem era oferecida a audiodescrição e por fim eram convidados a retirarem a venda. Após a participação nesta atividade, preenchiam uma ficha de avaliação onde a proposta era de que falassem livremente sobre a VOV.

4.3 A experiência do visitantes

Para analisar o discurso dos visitantes foi necessário percorrer bases teóricas acerca da filosofia da experiência e da experiência .na educação. Desta forma, são autores âncoras John Dewey, Jorge Larrosa e Walter Benjamin.

A experiência para Larrosa “é sempre aqui e agora, contextual, finita, provisória, sensível, mortal, de carne e osso, como a vida mesmo” (LARROSA, 2010, p.14)

Ao compreender as experiências dos visitantes da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos como sendo um momento singular de cada um em contato com as obras expostas, das quais resultaram sensações provocadas por estímulos sensoriais se chega a outro aspecto defendido por Larrosa: o de que a experiência está desvinculada da razão – ela não pode ser calculada, programada é, nas palavras do autor, “sempre impura, confusa, demasiado ligada ao tempo, a fugacidade e a mutabilidade do tempo”. (2010, p.14)

Domingo e Ferré corroboram o aspecto do inesperado e da necessidade de elaboração afeitos a experiência:

A experiência tiene que ver com lo inesperado. Se presenta de imprevisto; [...] no puede estar sometida a control, ni ser producto de um plan. Por eso obliga a pensar, para ser acogida em su novedad, como lo que no encaja, o lo que necesita um nuevo lenguaje, uma nueva expresión, o um nuevo saber para dar cuenta de Ella. (2010, p.21).

Larrosa aponta que o sujeito da experiência “é um sujeito passional, receptivo, aberto, exposto” (2010, p.15). O autor rechaça veementemente a possibilidade de que a experiência possa ser pensada cientificamente ou produzida tecnicamente.

Na visão do autor, experiência e experimento são coisas distintas e se deve desconstruir a palavra experiência de sua conotação empírica e experimental, assim como se faz imperativo despir-lhe do sentido de autoridade exatamente por se tratar daquilo que acontece a cada um e ao que cada pessoa reage de modo particular “em sua própria experiência”. (2010, p.15)

O autor propõe como condição indispensável para a concretização da experiência a existência de um sentido elaborado a partir daquilo que foi vivido, daquilo que “nos passa, nos toca”.

Larrosa defende que a experiência ou as experiências são o que constituem e modificam um sujeito e alerta, amparado por Benjamin, Kertész e Agamben, que a ausência da elaboração da experiência ou nossa submissão a experiências fabricadas podem nos roubar as palavras para relatar as experiências vividas, emudecendo-nos. (2010, p.20-24).

De Benjamin, Larrosa toma em “O Narrador” as suspeitas sobre o desaparecimento da capacidade de narrar, de contar histórias genuínas, onde as vivências da guerra não são elaboradas enquanto experiências, devolvendo soldados emudecidos diante do que viveram e do lugar para o qual voltam e que já não reconhecem.

Nesta costura que Larrosa faz a partir de Benjamin, o autor alerta que “o relato é a linguagem da experiência, a experiência se elabora em forma de relato, a matéria prima do relato é a experiência, a vida. (2010, p.21)

Dewey explica que a experiência tem um padrão e estrutura “porque não apenas é uma alternância do fazer e do ficar do sujeito a algo, mas porque

consiste nas duas coisas relacionadas”. (2010, p.122). Segundo ele, o sentido necessário para validar a experiência como tal “abarca uma vasta gama de conteúdos: o sensorial, o sensacional, o sensível, o sensato e sentimental [...], inclui quase tudo, desde o choque físico e emocional cru até o sentido em si” (2010, p.88), pois, por exemplo, para o autor, o simples ato de colocar a mão no fogo não se constitui em uma experiência.

A necessidade de elaboração da experiência num diálogo entre o “viver” e o “pensar” para nos fazer existir em uma existência calcada em sentidos nos remete ao que Umberto Eco (1968, p.255) chama de obra aberta ao tratar da reação do público a uma obra de arte.

E fruir uma obra como forma sensível quer dizer reagir aos estímulos físicos do objeto, e reagir não apenas através de um acordo de ordem intelectual, mas através de um conjunto de movimentos sinestésicos, com uma série de respostas emocionais [...] e a interpretação da obra se torne por si mesma pessoal, posicionada, mutável e aberta.

A perspectiva de obra aberta trazida por Eco nos faz refletir sobre o que já alertara Larrosa quanto a construção do sentido daquilo que experimentamos fazendo com que possam ter algum significado, num constante alterar-se a partir com novos contatos, reformula-se a partir de pensar sobre o vivido e nunca se encerra em si mesmo.

Ainda sobre a elaboração da experiência Larrosa (2010, p.20), diz:

[...] e se as experiências não se elaboram, se não adquirem um sentido, seja qual for, com relação a própria vida, não se pode chamar-se, estritamente, experiências e, desde logo, não se pode transmiti-la. (minha tradução)

O fato museal promovido pela exposição acessibilizada Porto Alegre na Ponta dos Dedos, objeto deste estudo, contou com o estímulo à interação com os objetos expostos através das soluções de acessibilidade, planejadas para que as pessoas com deficiência visual pudessem fruir o conteúdo proposto, no entanto, sem que fossem restritas a este público, tendo sido disponibilizada a todos os visitantes.

Esta é uma questão importante: o uso das soluções de interação apresentadas em uma exposição não deve excluir públicos, ainda que tenha sido criada para dar conta de uma situação específica como prover a visita de sentidos através do tato para que o conteúdo possa ser fruído por pessoas com deficiência visual, por exemplo. Impedir que pessoas videntes utilizem maquetes ou obras de arte (originais ou réplicas) táteis equivale ao que acontece quando a pessoa cega vai a uma exposição não acessibilizada ou o que ocorre com uma pessoa vidente alfabetizada em língua portuguesa que ganha de presente um livro em Braille que não saberá sequer se está de cabeça para baixo: : a excluímos de uma possível experiência e da fruição do produto cultural.

4.4 O discurso do visitante protagonista na interação com os mecanismos de acessibilidade

No documentário Janela da Alma, que reúne depoimentos de Hermeto Pascoal, Saramago, Bavcar, entre outras pessoas que falam sobre deficiência visual, o professor de literatura Paulo Cezar Lopes (baixa visão) fala de um olhar condicionado, onde cada olhar é particular, onde o que se sabe ou percebe das coisas é mediado pela experiência.

É sobre essa experiência de outras formas de ver dos visitantes da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos que serão analisados os discursos. Cabe salientar que os registros sobre os quais se debruçam a presente análise são manifestações de pessoas videntes que passaram pela ação educativa VOV ou de visitantes videntes que se sensibilizaram com a perspectiva de acessibilidade proposta.

Ao analisar o livro de registros e as fichas de avaliação da visita de olhos vendados foi possível, como mencionado anteriormente, agrupar as falas em duas categorias, quais sejam: foco na arquitetura e arte decorativa dos prédios, a experiência de ver através do toque e a experiência e o lugar da acessibilidade.

A seguir são apresentadas as falas dos visitantes agrupadas pelas categorias referidas anteriormente, cuja análise ampara-se na filosofia da experiência (John Dewey e Jorge Larrosa).

Categoria 1 - Foco na arquitetura e elementos decorativos dos prédios

Visitante 1 - Parabéns. Linda Sensibilidade e a oportunidade de ver Porto Alegre na ponta dos dedos. Obrigado!

Visitante 2 - Encantada com as fachadas dos prédios, verdadeiras obras de arte.

Visitante 3 - É assim que uma cidade se destaca, com suas belas paisagens e prédios magníficos. Parabéns Porto Alegre.

Visitante 4 - As fotografias valorizam a arquitetura, negligenciada pelo dia a dia.

Visitante 5 - A percepção ao tato, das saliências, entradas, escadas, sem saber o que está tocando, é incrível. (VOV)

Visitante 6 - Ao tocar as representações e tentando adivinhar, foi difícil. Alguns detalhes e mesmo formas características dos lugares me passaram despercebido. (VOV)

Visitante 7 - Foi uma experiência muito surpreendente. [...] Foi genial perceber que meu conhecimento da cidade é limitado. [...] lugares que eu cruzo tantas vezes e achava que conhecia, mas nunca havia me atentado aos detalhes. (VOV)

Visitante 8 - Experiência inovadora, nos fez experimentar a POA através dos dedos, sentindo o que vemos diariamente. (VOV)

Visitante 9 - Adorei, achei muito interessante, pois, sentimos melhor os prédios nos detalhes, que geralmente não prestamos atenção diariamente. (VOV)

Categoria 2 - A experiência do toque e o lugar da acessibilidade

Visitante 10 - A dificuldade de compreender o espaço, profundidade e distância no relevo para montar uma imagem possível da obra arquitetônica – uma experiência de associação e confiança no guia. (VOV)

Visitante 11 - Achei muito interessante a proposta. Ver a cidade de outra maneira [...] prestando a atenção nos detalhes e percebê-la de outro modo. (VOV)

Visitante 12 - Detalhes que nunca tinha observado olhando!

Visitante 13 - Toque, sinta, experimente. Vale a pena.

Visitante 14 - Com certeza uma grande experiência!

Visitante 15 - Muito interessante. Hoje pude ver com as mãos os prédios históricos que vejo com os olhos. Parabéns aos artistas.

Visitante 16 - Pensar e sonhar com a beleza para TODAS AS PESSOAS é mais do que alteridade – é estética do amor! Fiquei muito emocionada e desejo, de todo o coração, que esse trabalho possa correr o mundo!

Visitante 17 - Excelente ideia. Acessibilidade a todos! Num mundo cada vez mais individualista e indiferente, isso é diferença! Parabéns.

Visitante 18 - Braille deve estar emocionado!

Visitante 19- Achei uma ideia muito boa [...] a maioria das exposições não oferece a acessibilidade a deficientes visuais. Parabéns! (VOV)

Visitante 20 - Adorei a iniciativa já que existem poucos projetos culturais de acessibilidade aos museus. Muito lindo. Bravo

Visitante 21 - Estou apaixonada pela exposição. É um lindo exemplo.

Visitante 22 - Parabéns pelo projeto lindo e inclusivo. Nossa Porto Alegre é encantadora

Visitante 23 - Parabéns pela ideia inclusiva!!!

Visitante 24 -Parabéns pela iniciativa deste “curso” de acessibilidade.

Visitante 25 -Parabéns pela ideia e iniciativa. Indicarei para minha amiga cega.

Visitante 26-Feliz por perceber um cuidado com a acessibilidade. Obrigado.

Visitante 27-Parabéns linda exposição, valorização da acessibilidade.

Visitante 28-Arte para todos, lindo projeto.

Visitante 29-Trabalho necessário para os debates sobre acessibilidade em todos os âmbitos.

Visitante 30-Uma experiência única... não fazia ideia!

Visitante 31-Arte sem fronteiras. Viva a inclusão

Visitante 32-Linda Exposição e necessária![...] Imagino para pessoas com deficiência visual como acrescenta detalhes pelo tato e a descrição feita através dos fones. [...] Excelente também o texto em Braille e em fonte ampliada.

Visitante 33-Magnífico pensar em quem não pode ver.

Visitante 34-Uma bela Exposição. Que os Cegos possam desfrutar a beleza dos prédios antigos de nossa cidade. Parabéns a todos os envolvidos.

Visitante 35-Parabéns por essa ideia de exposição inclusiva.

Visitante 36-Isso sim é incluir.

Visitante 39-Muito amor tudo isso.

Ao debruçar o olhar sobre as manifestações dos visitantes não resta dúvida sobre o impacto da sensorialidade proposta na exposição e da forma como foi por eles percebida, convertendo-se em experiência como nos apresenta Larrosa,

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. (LARROSA, 2002, p.21)

Os visitantes agrupados na **categoria 1 - Foco na arquitetura e elementos decorativos dos prédios** apresentam nas suas falas questões que enfatizam alguns elementos que se repetem como a “percepção” de detalhes oportunizada pelo toque e o ver com outro sentido diverso da visão.

Ponty (1961, p.104) diz que “olhar o objeto é entranhar-se nele”, o que as falas acima indicam ter acontecido.

Os relatos destacam uma suspensão temporal causada pela visita à exposição, explicitando que a vida corrida não lhes tinha permitido apropriar-se de muitos detalhes dos prédios que conheceram “na ponta dos dedos”. As expressões ‘negligenciar’ e ‘não prestar’ a atenção no dia a dia, presentes nas falas respectivamente dos visitantes 4, 8 e 9 corroboram a relação tempo/experiência trazida por Larrosa quando o autor nos diz que a há em toda a experiência fugacidade e a relação com a mutabilidade do tempo.

Por outro lado, os visitantes 5,6 e 7, participantes da ação educativa denominada visita VOV, evidenciam a forma como a ausência da visão fez com que sentissem elementos dos prédios não alcançados anteriormente pelo olhar e proporcionado pelo tato.

Os visitantes 1 e 2 com o uso de palavras distintas manifestam encantamento em descobrir a cidade e sua arquitetura nos detalhes: “verdadeiras obras de arte”, nos dizeres do visitante 2.

A experiência está evocada na fala dos visitantes 7 e 8 de forma explícita onde, o visitante 7 a ela se refere como “experiência muito surpreendente” e “genial” enquanto o visitante 8 confere a sua experiência o atributo de “inovadora”. Por sua vez, o visitante 9, não usa a palavra experiência como os anteriores, mas faz referência ao que lhe passou, lhe tocou: Adorei, achei muito interessante, pois, sentimos melhor os prédios nos detalhes [...].

Conectando as expressões aludidas por estes visitantes, respectivamente, “surpreendente”, “genial” e “inovadora” com os pressupostos apontados por Larrosa (2002) para que a experiência se estabeleça: ausência de programação, o sensível, o choque, o imprevisível ou dito de outra forma por Domingo e Ferré (2010),” o inesperado e de improviso”, tais falas revelam o atravessamento dos sujeitos pelas descobertas recém feitas, logo declaram ter vivido uma experiência.

Nesta categoria em que foram agrupadas percepções ligadas aos aspectos do patrimônio de Porto Alegre trazidos ao público pela Exposição, de modo geral, todos os visitantes relatam descobertas sobre as edificações, seus

elementos constituintes e inferem, em maior ou menor grau, a ocorrência da experiência em olhar para tal patrimônio de outra forma, percebendo-lhe a beleza, enxergando-lhe nas entranhas pela primeira vez.

Em uma passagem do livro *Ensaio sobre a Cegueira*, o personagem do médico criado por Saramago fala de uma cegueira de quem vê que se assemelha ao que nos relatam visitantes quando dizem que nunca haviam percebido os detalhes dos prédios que “passam em frente” no dia a dia: “Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.” (SARAMAGO, 1995, p.309).

As falas dos visitantes corroboram a assertiva do personagem da ficção de Saramago e dão conta de que a cidade passa pelos olhos cotidianos das pessoas sem ser vista.

Na **categoria 2 - A experiência de ver através do toque e o lugar da acessibilidade** foram agrupados os visitantes que trazem o tato, explicitamente, enquanto o elemento central da experiência vivida.

Nas palavras de Evgen Bavcar, fotógrafo, doutor em história, filosofia e estética pela Universidade de Sorbonne, vitimado por dois acidentes consecutivos, aos doze anos de idade que o deixaram cego, o “tocar” não permite a fuga de detalhes presentes na materialidade: “O toque tátil continua sendo o sentido da verdade, dado que ele não pode negar a materialidade das coisas (BAVCAR, 1994, p.3).

Sennett (1943) em sua obra *O Artífice* estabelece uma preciosa relação entre o fazer e o pensar; analisa em exemplos de ações cotidianas, de pessoas que usam as mãos, a forma como o fazer manual desempenha um papel fundamental na geração de impulsos cerebrais.

Ao falar da “mão inteligente” traça uma retrospectiva teórica desde Charles Bell, em 1853 que acreditava que as mãos e suas habilidades era uma dádiva dada por Deus “numa concepção perfeita”, passando por Darwin que colocou por terra essa perspectiva e concluiu que as mãos foram se adaptando as necessidades humanas de acordo com a evolução do próprio homem.

Navegando pelas concepções de Frederick Wood Jones, Sennett nos conduz a controvérsia sobre não ser a mão perfeita e, sim, o mecanismo neurológico que a controla. Nessa viagem por pensadores da época, John

Napier é citado pelo autor como um dos cientistas, entre outros, que concluíram que a evolução do Homo Sapiens foi a responsável pela mudança estrutural das mãos que nos levou a condição física de pegar as coisas.

Ao se referir ao toque Sennett diz haver outras questões que são distintas da “mão inteligente” – essa estrutura articulada e cheia de terminações nervosas de nosso corpo capaz de movimentos distintos a cada finalidade. Diz ele:

Na história da medicina, como na filosofia, é antigo o debate para saber se o toque transmite ao cérebro informações sensoriais diferentes das que chegam ao olho. Tinha-se a impressão de que o toque fornece dados invasivos, “descontrolados”, enquanto o olho proporciona imagens contidas numa moldura. (SENNETT, 1943, p.172-173)

Para tentar elucidar essa questão, o autor apresenta o exemplo de que ao tocar num fogão quente todo nosso corpo se ressentir, sofre um “súbito trauma” enquanto o simples fechar de olhos diante de uma visão dolorosa neutraliza tal visão, indicando a extensão de sensações provocadas pelo toque.

Seguindo na exploração das teorias sobre o toque nos é apresentada por Sennett a descoberta do biólogo Charles Scherrington que passa a discutir o que chamou de “toque ativo”, designado como a “intenção consciente que orienta a ponta dos dedos; segundo ele o toque seria tão proativo quanto reativo.” (SENNETT, 1943.p.173).

Um pouco mais adiante ao discutir a apreensão (ato de agarrar algo) o autor apresenta mais uma de suas ilustrações práticas para tornar mais compreensível tal funcionalidade da mão e que penso seja adequada ao estudo que se estabelece acerca da experiência do toque vivida pelos visitantes da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos. Trata-se do relato de uma experiência desenvolvida pelo filósofo Thomas Hobbes com crianças de que era tutor.

Conta-nos Sennett que Hobbes introduziu “as crianças num compartimento escuro onde colocara todo o tipo de objetos estranhos. Depois de passarem algum tempo ali tateando, pediu-lhes que deixassem o

compartimento e descrevessem o que tinham **visto com as mãos**". (SENNETT, 1943, p.175, grifo meu).

Nos relatos que se seguiram houve a observação, por Hobbes, que as crianças **utilizaram uma linguagem mais afiada e precisa que as palavras que utilizavam quando podiam ver** (grifo meu).

A explicação dada por Hobbes ao fenômeno foi de que o tato e a ausência da visão fizeram com que as crianças "agarrassem o sentido" no escuro e que uma vez apreendido, este lhes auxiliava a uma descrição mais precisa do que quando percebiam os objetos através da visão e da claridade da sala iluminada, "quando as sensações imediatas decaíam". (SENNETT, 1943, p.175)

Aproximando-se muito do que afirma Bavar de haver de verdadeiro no tato, Sennett, sobre as virtudes manuais na ponta dos dedos indica a existência de um compromisso com a verdade e de novo nos conduz à compreensão através de outro exemplo prático.

Desta vez ele se vale do método Suzuki, método japonês para ensinar a tocar instrumento, trazendo o caso específico do ensino de violino em que o educador musical para fazer crianças pequenas aprender a posicionar os dedos no lugar certo no braço do instrumento utilizou estreitas fitas colocadas no ponto adequado que deveriam pressionar. Depois da quarta aula com esse método as crianças tocavam uma composição com perfeição. No entanto, se retirasse as fitas "pareciam uma matilha uivando" (SENNETT, 1943, p.176)

. Na avaliação de Sennett, o uso das fitas provocou o alongamento das pequenas mãozinhas para tocarem no lugar certo, mas não sensibilizou as pontas dos dedos que exercem a pressão nas cordas, não havendo assim o reconhecimento para que tocassem no tom certo.

Partindo de tais considerações sobre o lugar do tato na experiência humana passo a analisar o que dizem os visitantes cujos relatos explicitam essa relação.

Neste grupo, encontram-se os visitantes identificados pelos números 10 a 39, dos quais apenas três foram participantes da VOV.

No relato do visitante 10 que participou do percurso utilizando a venda e, portanto, viu-se temporariamente desprovido do sentido da visão e sendo

conduzido pelo mediador, o relato centra-se na dificuldade em formar a imagem mental do prédio tocado. Sua fala denota incertezas sobre “compreender o espaço, profundidade e distância no relevo para montar uma imagem possível da obra arquitetônica”. Ele indicou ainda a necessidade de “associação”, provavelmente se referindo a um conhecimento prévio vinculado ao olhar condicionado e do conhecimento anterior para “reconhecer” o patrimônio na ponta de seus dedos em sua vivência tátil. Ainda é importante reportar que a fala deste visitante menciona a “confiança” que ele sentiu na condução do “guia” ao perder momentaneamente a autonomia que a visão costumeiramente lhe conferiu. Em pouco tempo, numa relação fugaz de visitante e mediador, o sentir-se seguro passou por confiar e entregar-se à condução, o que por si, já representou uma experiência.

O visitante 11 participou da visitação de olhos vendados e diferente do visitante 10, diz que o tato lhe permitiu “ver a cidade de outra maneira”: “Achei muito interessante a proposta” – registrou ele na ficha de avaliação da ação educativa da qual participou. De modo semelhante aos visitantes da categoria 1, ele revela que a Exposição lhe permitiu “ver a cidade” e valeu-se do tato para estabelecer esta percepção.

Da mesma forma que os visitantes 10 e 11, o visitante 19 fez a VOV e focou sua análise nos aspectos de acessibilidade: “Achei uma ideia muito boa [...] a maioria das exposições não oferece a acessibilidade a deficientes visuais.” Embora sua fala reflita a compreensão de que as pessoas com deficiência têm o mesmo direito que ele a fruição da Exposição é tênue em sua análise o lastro de cidadania e respeito à diversidade que a acessibilidade representa

Os visitantes 12 e 15 fizeram o percurso sem vendas e reportam as mesmas sensações quanto “enxergar melhor a cidade” a partir do desvelamento de detalhes dos prédios para os quais foram convidados a olhar.

Já os visitantes 13 e 14 nos dizem sobre a experiência vivida. “Toque, sinta, experimente. Vale a pena” estimula o visitante 13, deixando claro no seu depoimento que de fato foi afetado pela proposta da Exposição e pelo uso do tato em substituição da visão. “Com certeza uma grande experiência!” nos diz o

visitante 14 sobre sua visita. Ambas as falas sugerem que os seus autores foram impactados, surpreendidos com o que lhes acontecera ali.

Dois dos visitantes (16 e 39) tratam a preocupação com a acessibilidade presente na exposição como um ato de amor: “Pensar e sonhar com a beleza para TODAS AS PESSOAS é estética do amor” (16), “Muito amor tudo isso”. (39), indicando uma contraposição a “modernidade líquida”, de Baumann, onde a velocidade e o egoísmo imperam frente a generosidade e o compromisso com o outro, da qual partilha ainda o visitante 17 - “Excelente ideia.[...]Num mundo cada vez mais individualista e indiferente, isso é diferença! Parabéns.

O maior número de registros deixados pelos visitantes desta categoria adotou as palavras “acessibilidade” e inclusão/incluir para referência ao que vivenciou na Exposição como os exemplos que segue: “curso de acessibilidade”, é como expressa o visitante 24 sobre o que acabara de lhe ocorrer, enquanto o visitante 26 expressa estar “Feliz por perceber **um cuidado com a acessibilidade**” e agradece: “Obrigado”. (grifo meu).

Por sua vez o visitante 31 indica um alargamento perceptivo quanto ao direito das pessoas com deficiência: “Arte sem fronteiras. Viva a inclusão” - se manifesta ele. Quando menciona a derrubada de “fronteiras” que as soluções de acessibilidade promove reconhece o lugar do outro como igual e seu direito a diversidade. Em igual direção caminha o visitante 28 que reforça o sentido de igualdade: “arte para todos” diz ele. Feliz por perceber um cuidado com a acessibilidade. Obrigado.

Os relatos deste grupo evidenciam o arrebatamento dos visitantes em suas descobertas diante de uma proposta que não distinguia videntes e pessoas com deficiência visual.

4.5 Leitura imagética da participação de visitantes na Exposição

As fotos foram selecionadas a partir de três arquivos distintos da Autora: vernissage, visita de alunos do Instituto Santa Luzia e ação educativa de olhos vendados.

Desta forma questões usuais na análise de fotografias como a identificação de quem? onde? e quando? não são levadas em conta por saber-se de antemão que as imagens são de visitantes da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos e o grupo a que pertencem estarem informados nas respectivas legendas.

Cabe salientar que para realizar esse procedimento adota-se a metodologia da Ciência da Informação, pinçando também práticas metodológicas indicadas por Boris Kossoy, capazes de conferir a leitura das imagens selecionadas um padrão científico de análise.

Abaixo o quadro apresenta as fotos estudadas são categorizadas por tipos de visitante.

FOTO E TIPO DE VISITANTE	
<p>A1</p>  <p>Visitante com olhos vendados. Acervo da Autora.</p>	<p>A2</p>  <p>Visitantes com deficiência visual. Alunas do Instituto Santa Luzia. Foto: Carlos Vaz. Acervo da Autora.</p>
<p>A3</p>  <p>Visitante sem vendas. Acervo da Autora.</p>	<p>A4</p>  <p>Visitante com olhos vendados. Acervo da Autora.</p>

Figura 10. Quadro de fotografias analisadas. Elaboração: Couto, 2017.

A análise do discurso composto da linguagem oral ou escrita está amparada em algo proferido, que saí da boca e ou do pensamento de um autor e permite interpretar e atribuir significações, a partir de um viés, social, antropológico, etnográfico, político, partindo de um contexto. Quando se trata de realizar a leitura de uma imagem a carga de subjetividade que ela traz consigo é significativa e nos colocamos a examinar algo projetado na forma como a imagem nos mostra e com base em um repertório já estabelecido.

Para Manini (2002) a leitura de uma fotografia é mais fácil do que aquilo que é expressado pela linguagem falada ou escrita,

A fotografia é mais fácil de ler que a palavra, no sentido em que ela imita, representa ou copia as atitudes e o gestual próprio e natural do ser humano. Antes de falar e escrever, o homem agiu, "fez" imagens no cotidiano, na realização diária de suas atividades, nos hábitos anteriores do indivíduo. A imagem significa por projeção e a linguagem por convenção. (MANINI, 2002, p.65)

Para Boris Kossoy(1999), há no contexto de produção da imagem, elementos não visíveis que devem ser levados em conta ao fazermos sua leitura, sob pena de deixarmos de fora da análise questões importantes como fatores históricos, sociais, antropológicos que ajudam a ver para além da imagem congelada que se apresenta, ou seja aquilo que está ausente na imagem mas é intrínseco a ela.

“O imaterial, que afinal é o que dá sentido à vida que se busca resgatar e compreender, pertence ao domínio da imaginação e dos sentimentos. (...) Resgatando o ausente da imagem compreendemos o sentido do aparente, sua face visível” (KOSSOY, 1999, p.135).

Para proceder à análise das fotografias dos visitantes da Exposição é importante indicar que as fotos foram selecionadas levando em conta o poder ilustrativo da experiência durante a visita, sem com isso negar que a imagem fotográfica se presta para muito mais do que mera “ilustração”.

Conforme nos ensina Manini (2002) não é qualquer imagem fotográfica que se presta para um estudo,

Para ilustrar o que quer que seja uma fotografia precisa trazer em sua composição aquilo que é o objeto a ser ilustrado ou um objeto/pessoa diretamente relacionado ao assunto a ser ilustrado. (MANINI, 2002, p.126).

A este aspecto Kossoy(1999) acrescenta o poder interpretativo do leitor da imagem e as novas realidades por ele criadas a partir daquilo que vê. Segundo o autor “[...] a realidade presente na imagem fixa e imutável se mostra assim, passível de múltiplas interpretações” (KOSSOY, 1999, p.47), fato este que coloca o pesquisador em estado de alerta para que possa se valer da fotografia enquanto documento de pesquisa contaminado-a com seus juízos de valor e imaginação em menor escala possível.

Manini (2002, p.21) indica que para analisar uma fotografia é preciso apoiar-se também em informações complementares como legendas, inscrições contidas no verso, títulos, documentos que acompanhem a fotografia: “algumas vezes só se pode contar com informações contidas exclusivamente na imagem fotográfica” e, neste caso, aponta que a análise deverá ser realizada a partir da observação da “postura das pessoas” ou ainda “da disposição de objetos ou lugares”. Relata Manini:

A Análise Documentária de qualquer tipo de documento é uma releitura do mesmo mediada pela Linguagem Documentária: trata-se de uma transposição de estruturas. Ocorre uma operação de reescritura do documento motivada por transferências de significado. (MANINI, 2002, p.23)

Para a autora, a construção de significados durante a leitura da imagem fotográfica se dá num processo em que primeiro se faz a análise e depois a síntese, onde na análise ocorre a “leitura de superfície, identificando os elementos constitutivos da imagem. Na síntese, [...] tais informações são,

então, não só de origem visual, mas também textual”.

Visando organizar o estudo imagético proposto apresento um quadro de categorização das fotografias estudadas, de modo a tornar compreensível o caminho da análise.

TIPO DE FOTO	DISTRIBUIÇÃO		
	Tipo de Visitante	Imagem correspondente	Quantidade de fotos
Espontânea (não posada)	Olhos Vendados	A1 e A4	2
	Sem vendas	A3	1
	Com deficiência Visual	A2	2
Total de fotos analisadas			5

Figura 11. Quadro de categorização das fotos analisadas

A análise para indexação de fotografia utilizada por diversos autores da Ciência da Informação e incrementada por Manini, prima por dados que tornem possível a recuperação da informação, tais como: quem, onde, quando, como? e não pela interpretação da imagem necessária para o presente estudo. Diante disto e sem a intenção de recorrer à semiótica na sua essência, adota-se para esta empreitada a descrição, da imagem identificando como as pessoas analisadas aparecem nelas, que emoções transparecem (Atitude de Dimensão da Experiência¹⁶) e que elementos da Exposição estão experimentando.

Assim sendo desenvolvi uma grade simplificada focada no sentido da imagem, conforme apresentado a seguir:

¹⁶ A autora convencionou, para efeito de análise da ocorrência ou não da experiência, que se trata da expressão facial ou corporal do visitante que demonstre indícios das sensações vividas.

<p style="text-align: center;">A1</p> 	<p style="text-align: center;">Descrição da Imagem/elemento expográfico experimentado</p> <p>A imagem é uma sequência de três momentos de uma pequenina visitante que conduzida por uma mulher faz a visita com os olhos vendados. No primeiro quadro está se movendo pelo espaço, no segundo, orientada pela mulher toca uma maquete e no terceiro tira a venda para olhar o que havia tocado.</p>
<p>Atitude de Dimensão da Experiência</p> <p>A experiência se evidencia no momento que vendada e ainda desvencilhada da mulher que a acompanha, a menina posta as mãos a frente do corpo como se fosse em direção aos olhos que momentaneamente já não vêem. No toque da maquete, orientada pelas mãos da mulher sobrepostas nas dela aparenta tranquilidade na exploração do artefato e ao tirar a venda, o sorriso esboçado aparenta surpresa com o que vê que acabara de tatear. A Expressão da mulher demonstra satisfação com o que está vivenciando junto com a pequena visitante. Ambas sorriem.</p>	

Figura 12. Grade de análise da imagem A1. Elaboração Couto, 2017.

<p style="text-align: center;">A2</p> 	<p style="text-align: center;">Descrição da Imagem/elemento expográfico experimentado</p> <p>A imagem apresenta, à esquerda, duas meninas tateando a maquete. Trata-se de duas alunas do Instituto Santa Luzia, portanto, são meninas com deficiência visual. Exploram a peça juntas, onde a mão de uma delas está sobre a mão da outra, como que a conduzi-la. Na direita da imagem, a menina tateia com a mão esquerda a maquete e com a mão direita, efetua a leitura da legenda em Braille.</p>
<p>Atitude de Dimensão da Experiência</p> <p>A fotografia expressa a tentativa de descoberta do patrimônio, de uma edificação cujas formas nunca foram percebidas pelas meninas. Sendo o tato um dos sentidos muito utilizado por pessoas com deficiência é possível inferir que no instante da captura da imagem, ali vivenciava-se uma experiência. Quando explora, ao mesmo tempo a maquete tátil e a legenda, a visitante da direita demonstra estar num estado de fruição, em busca da formação mental de uma figura capaz de orientar a descoberta. Aparenta estar “agarrando o sentido” daquilo que toca.</p>	

Figura 13. Grade de análise da imagem A2. Elaboração Couto, 2017.

<p>A3</p> 	<p style="text-align: center;">Descrição da Imagem/elemento expográfico experimentado</p> <p>O visitante A3 é um homem que não participou da VOV, mas encontra-se de olhos fechados. Utiliza o fone e, portanto, está usufruindo da audiodescrição. Tateia a maquete com ambas as mãos, nitidamente usando a ponta dos dedos.</p>
<p>Atitude de Dimensão da Experiência</p> <p>O visitante se mostra completamente “imerso” na “experiência”, tanto que para exploração da maquete pelo tato, fechou os olhos, supostamente, de forma espontânea uma vez que não está acompanhado, logo, o ato não foi orientado, por exemplo, por um mediador. Busca a conexão entre a informação contida na audiodescrição e a fachada que toca com a ponta dos dedos.</p>	

Figura 14. Grade de análise da imagem A3. Elaboração Couto, 2017.

<p>A4</p> 	<p style="text-align: center;">Descrição da Imagem/elemento expográfico experimentado</p> <p>Na se visualiza a visitante com a venda levantada, com o equipamento de audiodescrição (fone) nos ouvidos, tateando com a ponta dos dedos e em contato visual com a maquete. Ao seu lado há outra pessoa que não é possível identificar tratar-se de mediador ou acompanhante.</p>
<p>Atitude de Dimensão da Experiência</p> <p>Esta visitante toca com ambas as mãos a maquete. Usa a ponta dos dedos para isso e por sua expressão facial, aparentemente a esboçar um sorriso, demonstra estar diante da descoberta proporcionada pela experiência. O fato de estar com a venda levantada indica que seu contato inicial com a maquete se deu sem o privilégio do sentido da visão sobre o tato, assim parece conferir com o olhar o que o contato na pontas dos dedos lhe indicara sobre o prédio.</p>	

Figura 15. Grade de análise da imagem A4. Elaboração Couto, 2017.

Partindo do conjunto de fotografias apresentadas, de públicos e momentos distintos de visita à exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos, passo a analisar, tomando em conta a Atitude da Dimensão da Experiência, estas imagens.

Para que o sentido da análise seja claro para o leitor, trago antes de fazê-la em sua essência e profundidade, um exemplo de conteúdo da audiodescrição, pois, em duas das fotos os visitantes usufruem deste mecanismo em suas visitas e experiências.

O áudio do Memorial do Rio Grande do Sul apresentou aos visitantes o seguinte conteúdo:

“A Foto de Marcelo de Carvalho apresenta o Prédio do Memorial do Rio Grande do Sul, em uma imagem captada de baixo para cima em que a entrada principal, a partir da escadaria no centro do prédio, é composta por três portas em forma de arcos.

À esquerda aparece uma pequena parte do prédio do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, localizado ao Lado do Memorial. Duas palmeiras muito altas são vistas entre as duas edificações, além de alguns galhos de uma árvore da Praça da Matriz.

O Memorial do Rio Grande do Sul foi construído entre 1910 e 1914, pelo arquiteto alemão Theo Wiedersphan, com influência do estilo barroco-germânico. Utilizado inicialmente como Alfândega, durante muitos anos foi sede dos Correios e Telégrafos. As torres com cúpulas em bronze lembram os capacetes do exército prussiano. Ao centro do prédio está o Atlante, personagem da mitologia grega condenado a sustentar o mundo em suas costas. Ao seu lado, uma figura feminina representa a Europa de onde saíram os imigrantes e um adolescente, referindo-se a América, o lugar para onde vieram.

A Edificação foi tombada em nível federal em 1980 e restaurada em 1998. No ano 2000 passou a abrigar o Memorial do RS, espaço cultural voltado à divulgação do Estado. Possui importante coleção de objetos, mapas, gravuras, fotos, livros e depoimentos sobre os fatos mais marcantes ocorridos no Estado.”

Destaco que não é objeto desta pesquisa a verificação da intensidade com que a experiência do visitante se estabelece, até porque no campo das significações, os impactos diferem de pessoa para pessoa e a metodologia necessária para tal estudo seria outra.

Dito isto, afirmo que é possível identificar a “experiência” em todas as fotografias analisadas. Passemos, pois, aos indícios que conduzem a esta afirmativa.

Na imagem A1 onde aparecem a menina e a mulher, pela pouca idade da criança e, portanto, pelo provável primeiro contato desta com o patrimônio edificado da cidade estar ocorrendo na Exposição, o ato de descobrir pelo toque detalhes da arquitetura e formas de “casas” diferentes daquelas que em que habita, será por si, uma experiência para a menina. Por sua vez, a apresentação deste patrimônio, valendo-se de uma proposta que retira temporariamente da menina um dos sentidos que mais usa, a visão, subentende-se que ofereça à mulher, uma perspectiva pedagógica de mostrar algo para a menina, com ludicidade, interação e despertar de outros sentidos, que para ela, acompanhante-guia, também se converte em experiência. As duas, menina e mulher demonstram satisfação em suas expressões faciais.

Na imagem A2 temos as visitantes com deficiência visual, alunas do Instituto Santa Luzia. No quadro 1 desta imagem há a exploração simultânea de duas meninas que percorrem com a ponta dos dedos a maquete tátil. Os dedos da mão esquerda da menina que aparece em primeiro plano estão levemente arqueados, conduzindo o toque para a extremidade, ou seja, para sua ponta, o que já sabemos aumenta a percepção daquilo que é tocado. Se para um vidente o toque executado desta forma auxilia na percepção, para uma pessoa com deficiência visual severa, como a cegueira é a única forma de distinguir texturas, formatos, detalhes que possam contribuir para que uma imagem mental seja formada. De novo Sennett (1943, p.173), quando aborda a mão inteligente e a pesquisa de Sherrington, vem em socorro desta análise.

Diz ele que “os dedos podem sondar de maneira proativa pelo tato sem intenção consciente, como nos momentos em que buscam determinado ponto específico num objeto para estimular o cérebro a começar a pensar”. Sabemos então a importância do toque com a ponta dos dedos, que esta sondagem ativa o cérebro e que a experiência necessita de uma interação entre o “sujeito” e o “objeto” que é transformada pelo pensar no resultado desta interação, valha-se ela do sentido que for, em um conhecimento novo do acerca daquilo que foi experimentado.

Na fotografia A3 o homem aparece de olhos fechados, valendo-se da audiodescrição e toca o prédio com a ponta dos dedos. Lembremos que Sennett (1943, p.177) nos diz que é na ponta dos dedos que reside a verdade

sobre aquilo que o olho não encontra respostas na superfície. Fato igualmente defendido por Bavcar que aponta ser inescapável a materialidade do tato.

Este visitante nos faz ainda evocar os ensinamentos sobre percepção de Merleau-Ponty. Para o autor “olhar o objeto” e percebê-lo significa “entranhar-se nele” e neste aspecto, o visitante cuja foto é lida, demonstra esse entranhamento através do conjunto de suportes de acessibilidade oferecidos pela exposição. Dito através de uma metáfora ele ‘entra no prédio que toca’ e para percorrê-lo em detalhes tateados fecha os olhos e deixa-se guiar pelos dedos em exploração. Larrosa nos conta que para que a experiência aconteça é preciso que haja “um sujeito passional, receptivo, aberto, exposto” (2010, p.15). Este visitante da foto é a ilustração da experiência levando em conta o que a caracteriza.

A Imagem A4 traz a mulher que efetuou a visita com olhos vendados já com a retomada da visão e a venda suspensa sobre a cabeça. A maquete explorada é a do prédio do Memorial do Rio Grande do Sul, edificação localizada a poucos metros de onde ocorreu a exposição, na área central de Porto Alegre, por onde parte significativa da população circula diariamente

Por se tratar de um prédio com elementos estéticos pouco apreciados e visualizados no dia a dia das pessoas e pela forma como a mulher ouve a audiodescrição, cujo conteúdo consta na página 60, concomitante a forma como toca o prédio representado na maquete, pelo olhar deleite e o leve sorriso esboçado, é possível dizer que acabara de viver o “inesperado e o improvisado” que nos ensinou Domingos e Ferré serem necessários à experiência, ou seja, acabara de descobrir elementos decorativos e detalhes da arquitetura que o olhar apressado, o olhar sem ver de um cotidiano de “cegos videntes” nunca havia lhe apresentado.

Podemos indagar se a satisfação em si é uma experiência, ao que Dewey, Larrosa, Domingos e Ferré nos apontaram anteriormente que não. Contudo a satisfação, o êxtase, o choque entre outras manifestações auxiliam enquanto Atitude da Dimensão da Experiência, que combinada com outras análises tornam possível inferir sua ocorrência.

Por outro lado, tanto Larrosa quanto Dewey afirmam que a experiência demanda elaboração, pensar sobre o que lhe aconteceu. Seguindo por esta

trilha, considerando que detalhes da arquitetura são desprezados nos olhares diários das pessoas e que a visitante ao saber sobre eles com relação ao prédio que acabara de tatear, precisará elaborar a descoberta, sua postura quanto ao patrimônio edificado, seus usos, sua importância, a necessidade de sua preservação, pode-se dizer ter ali havido uma experiência sobre e com o patrimônio.

Se na imagem A1 a mulher vidente conduz a menina vendada para a exploração do prédio reproduzido na maquete, na imagem A2 uma menina com deficiência visual conduz a mão de outra menina com a mesma deficiência numa exploração de descobertas para ambas. No caso da mulher vidente que orienta a menina em sua exploração ela parece divertir-se com a exploração no ato de conduzir a menina. No caso das duas meninas com deficiência a experiência de ambas me parece que se centra em ajuda mútua para a formação da imagem mental daquilo para o que elas não possuem uma referência anterior oferecida pela retina. Poderão ou não construir uma imagem comum daquilo que tocam. A experiência neste caso, assim como nos anteriores lida com o “inusitado”, com o “inesperado” e conforme Larrosa “é aqui e agora, finita, [...] sensível, de carne e osso, como a vida mesmo”.

Domingo e Ferré indicam que a experiência necessita de uma nova linguagem que dê conta do aprendizado. Neste sentido para pessoas com deficiência visual conhecer prédios a partir do tato será quase que “obrigatoriamente” uma experiência em função das elaborações necessárias à compreensão daquilo que tocam, pois, desprovidos do auxílio da visão que oferece a circunvizinhança ao tato, tudo o que tocam precisa de elaboração e de transformação em imagem mental.

Ainda com relação a imagem A2 – no quadro 2 temos uma menina que analisa a maquete com uma mão e faz a leitura da legenda em Braille com a outra, compondo informações entre ler dois objetos diferentes simultaneamente a partir do tato. Aparenta concentração haja vista que tais leituras não são fáceis isoladamente e devem se tornarem mais complexas ao serem feitas em conjunto. De igual modo que a dupla de colegas do quadro abordado antes, há implícito ali a ocorrência de uma experiência.

Para concluir chamo a atenção para uma comparação entre a postura das mãos de todos os visitantes fotografados. Se observarmos a postura das mãos das meninas com deficiência em relação as outras pessoas, mesmo aquelas vendadas ou ao homem de olhos fechados, vamos perceber um posicionamento diferente dos dedos com estes levemente arqueados, o que se pode explicar pelo largo uso que fazem do tato para se situarem no mundo, corroborando o que os autores nos ensinaram sobre sua importância e efetividade na leitura de objetos.

A seguir veremos o último tipo de documento analisado: os pareceres do FUMPROARTE ao projeto que possibilitou a realização da Exposição que se constituiu neste estudo de caso.

4.6 Pareceres de aprovação do Projeto da Exposição no Edital FUMPROARTE

A análise de um projeto no FUMPROARTE pressupõe que cada Projeto seja avaliado na Comissão de Análise Técnica - CAT, por três pareceristas que avaliam quatro aspectos, atribuindo pontuação a cada um: a proposta como um todo em sua apresentação formal e coerência, o planejamento do Projeto, o Retorno de Interesse Público - RIP e o mérito. Por fim, embasados pelos pareceres entram na pauta da reunião da Comissão de Cultura.

Para fins do estudo proposto o que é relevante no parecer de cada técnico que analisou o Projeto da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos, é o mérito. Desta forma é sobre a avaliação de mérito que nos deteremos para proceder a análise do posicionamento dos técnicos.

Cabe destacar que os pareceres enquanto documentos analisados não estão vinculados a “experiência” dos visitantes, mas figuram na pesquisa para se compreender a postura técnica frente a uma proposta de exposição acessibilizada e por este motivo se torna relevante estudar tais posicionamentos.

Técnico 1 – “O mérito desta proposta está na consolidação de um produto cultural como uma exposição fotográfica que resgata ainda elementos do patrimônio histórico. Além disso, difunde a arte e incentiva o acesso de deficientes, pautando o tema da acessibilidade cultural em exposições. Além disso, ao trabalhar com público jovem, alinha diretamente com o objetivo deste edital de formação de platéia”

Técnico 2 – “O maior mérito deste projeto está na inclusão, pois o mesmo aborda uma temática de visível carência nas artes visuais. Realizar ações desta ordem, integrando-as ao cenário artístico, agrega grande valor a proposta e suas relações, envolvendo a comunidade e valorizando a igualdade”.

Técnico 3 – “O projeto é meritório e inovador. Proporcionar a crianças com deficiências a experiência sensorial para conhecer parte do conjunto de patrimônio histórico de nossa cidade é de grande relevância cultural. Acredito que seja uma das missões de um fundo de fomento cultural público o que está contemplado nesta proposta: promover a inclusão cidadã de forma democrática, criativa e contextualizada. Excelente proposta”.

No parecer 1, o técnico frisa a importância de pautar o tema da acessibilidade cultural em exposições e a inclusão de “deficientes”. Embora se referindo as pessoas com deficiência de uma maneira que está em desuso desde que se abandonou o modelo médico de deficiência, o parecerista vê na proposição aspectos de relevância e reconhece que não se trata de uma prática comum a de promover exposições acessibilizadas.

O segundo parecer reconhece a “visível carência” da acessibilidade nas artes visuais. Enfatiza a perspectiva inclusiva e de promoção da igualdade de acesso do projeto.

Já no terceiro parecer o técnico apresenta uma linguagem bastante conectada com a ideia do próprio projeto: fala em “crianças com deficiência”, “experiência sensorial” e “inclusão cidadã”.

Como se pode perceber pela forma como se expressam os pareceristas, as políticas públicas, a formação de gestores de modo geral, a própria formação acadêmica ou ainda a formação cidadã que deve ser o primeiro contato de cada aluno nos primeiros anos de escolarização, deixam claro a existência de um abismo entre a robusta e moderna legislação brasileira e internacional que assegura, normativamente, o direito ao acesso e a produção, neste caso, de cultura no seu mais largo espectro e a dura realidade da exclusão.

No âmbito da própria grade curricular do Curso de Museologia da UFRGS esta lacuna se verifica. De igual modo nos cursos de Artes, na Arquitetura e em tantos outros, a acessibilidade, quando vista é de forma parcial e vinculada a uma ou outra norma específica. Dito isto é possível concluir que estamos ainda distantes da produção de um convívio social justo e de igualdade de oportunidades ou seja há que se manter empunhadas as bandeiras de lutas levantadas para tirar a deficiência do modelo de exclusão e colocá-la no modelo da diversidade, pois o avanço para a concretização dos direitos legalmente previstos passa inexoravelmente por mudanças atitudinais de gestores, de artistas, de todas as pessoas.

Depois da trajetória percorrida neste estudo, do aporte teórico evocado para a compreensão do objeto analisado e dos achados apresentados nesta pesquisa, me restam as considerações finais, não antes de declarar a riqueza do processo a que fui submetida, arrebatada por uma **'experiência' única, inesquecível, transformadora, como é necessário que seja qualquer experiência.**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 16: Nuvem de palavras1. Fonte: Couto, 2017.

Em uma pesquisa quantitativa os números são fiéis escudeiros e guiam a caminhada auxiliando para que não haja desvios de rota, de modo geral. Quando se trata de uma pesquisa qualitativa como a realizada, as encruzilhadas são tantas que manter-se na rota é por vezes uma tarefa hercúlea. Um fator conduz a outro e o dimensionamento da pesquisa muitas vezes é preciso ser refeito quando se chega ao seu final para que se mantenha a coerência entre os objetivos propostos e aquilo que foi realizado.

O estudo NARRATIVAS SOBRE UMA EXPOSIÇÃO ACESSIBILIZADA propôs investigar que experiências tiveram os visitantes da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos, a partir do registro documental gerado por ela e entender quais eram suas posturas diante da deficiência, da diversidade e dos direitos humanos, de modo mais amplo.

Para lograr este intento tornou-se necessário primeiramente aprofundar o papel da exposição no contexto museológico, percorrer a trajetória das deficiências e como estas afetaram a posição da pessoa com deficiência na

sociedade e suas lutas e em seguida jogar luzes, a partir de dois dos principais teóricos da filosofia da experiência (John Dewey e Jorge Larrosa), sobre os discursos dos visitantes, para finalmente chegar às considerações que passo a explanar.

Propositadamente um dos conjuntos documentais elencados para compor o estudo foi descrito e analisado por último e é por este que inicio minhas considerações: os pareceres dos técnicos da Comissão de Cultura do Fundo Municipal de Cultura de Porto Alegre – FUMPROARTE.



Figura 17: Nuvem de palavras2. Fonte: Couto, 2017

Pela leitura crítica dos pareceres sobre o quesito mérito da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos denota-se claramente o quão distante o tema diversidade humana e acessibilidade está dos grupos responsáveis pela formulação de políticas públicas. Este é o primeiro aspecto que quero considerar e infelizmente essa não é uma situação pontual, localizada na somente na política de cultura de Porto Alegre.

Como foi possível perceber a mudança de atitude com relação à pessoa com deficiência é fruto da sua luta e seus grupos organizados, resultando, especialmente no caso do Brasil, em uma legislação bastante avançada, sem, contudo, em grande parte das vezes ecoar nas práticas e atitudes de gestores e seus grupos, nos quais se inserem os técnicos pareceristas de Projetos e programas.

A conseqüência da falta de preparo para tratar com temas específicos se observa com clareza nas redundâncias conceituais ou mesmo de conceitos

presentes nos pareceres em que, por exemplo, um dos parecerista, justamente o que teve maior coerência com questões importantes como o reconhecimento da “experiência sensorial” e se referir a “pessoas com deficiência” em lugar do usual e ainda corriqueiro “pessoa deficiente”, como o ser como um todo estivesse incapacitado para a vida, fala em “inclusão cidadã”.

Ora, sem inclusão e protagonismo não há cidadania que se sustente. E aqui friso tratar-se de uma constatação sobre as compreensões que pairam na sociedade e por extensão nos gestores de políticas públicas e de modo algum a menção a esta questão encerra em si uma crítica envenenada sobre o despreparo dos avaliadores.

Outro aspecto a ser grifado é o reconhecimento pelo senso comum, representado na fala dos pareceristas, da incipiência das iniciativas de acessibilização no campo das artes visuais, o que dito de outro modo significa dizer que o mundo das artes não se impregna da necessidade de traduzir suas criações para leituras não óbvias, como por exemplo, para quem não enxerga ou tem visão reduzida, para quem anda com outro mecanismo motor que não as próprias pernas, para quem tem algum déficit cognitivo ou ao contrário possui algum nível de hiperatividade, para quem possui uma altura abaixo ou acima da média, enfim para os diversos dos ditos “normais”.

Considerando o exposto e diante das constatações de que a “experiência” promovida ao visitante em uma exposição tem a capacidade de fazê-lo (re)elaborar sua própria postura frente a temáticas importantes trabalhadas no projeto curatorial, é chegada a hora dos protagonista e suas criações levarem em conta esta potente ferramenta para que se possa eliminar ao máximo as barreiras de fruição aos públicos diversos, contribuindo desta forma para que se assegure o acesso a cultura enquanto direito fundamental que é.

Ao acessibilizar uma proposta cultural e permitir que os dispositivos de acessibilidade, em tese para uso de pessoas com deficiência, possam ser utilizados por todas as pessoas, deixando claro que não pode simular a deficiência e seu impacto na vida, no corpo e nas capacidades sensoriais, se age no sentido de que o visitante ao vivenciar uma experiência do despertar de sentidos, “veja “ a deficiência e sobre ela realize elaborações.

Partindo da capacidade individual de reflexão de cada pessoa envolvida na experiência, seu grau de compromisso com valores, cidadania e respeito ao próximo, bem como aos seus direitos, é possível que ali se construa uma nova relação frente as pessoas com deficiências e isso é algo fantástico que deve ser traduzido para o pensamento e especialmente para os fazeres museais.



Figura18: Nuvem de palavras 3. Fonte: Couto, 2017

A fala dos visitantes sobre a inexistência de iniciativas de acessibilidade em exposições, somada às manifestações dos pareceristas que avaliaram o Projeto para financiamento da montagem da Exposição Porto Alegre na Ponta dos Dedos, infere a imperativa necessidade de revisão de atitudes de artistas e curadores com o intuito de produzir para a fruição de públicos diversos. Sabe-se, através de uma infinidade de relatos de artistas, que suas criações são a externalização de si mesmo e por isso a materialização do que pensam e do que sentem. Assim a obra é primeiramente para o artista, em ato contínuo, quando trazida a público, para a leitura e formulação de sentido por outras pessoas. Logo o pensar em direção a acessibilidade não lhes habita ou pouco lhes acomete. E isso ocorre, inclusive, nos casos onde o artista tenha alguma deficiência como àqueles que pintam com os pés e se esquecem de promover a fruição do seu fazer para os que necessitam ver com outro sentido diverso da visão.

Há, sem sombra de dúvidas, um longo percurso para a sensibilização de que o belo, o inusitado, o que contribui para a formulação de sentidos, de

críticas, de visão de mundo seja estendido às pessoas com deficiência, tarefa titânica frente a concepções como a de aura da obra de arte e a sua discutível replicabilidade – uma potente ferramenta para uso tátil.

Trazendo a baila a detecção da experiência do visitante numa exposição fotográfica acessibilizada, passo tecer comentários sobre os achados, tanto das falas, a partir dos escritos dos visitantes no livro de registro, como na leitura das fotografias.

Nos dois tipos de documentos analisados evidenciou-se com clareza a ocorrência da experiência destes visitantes, restando caracterizado seus pressupostos.

Num primeiro grupo quem era vidente interagiu com as fotos valendo-se de múltiplos sentidos ao realizar o percurso com os olhos vendados, se estabelecendo a tensão para que o tato e a audição assumissem o lugar da visão, enquanto no segundo grupo as pessoas com deficiência visual, tiveram um contato íntimo, de entranhamento, de apreensão¹⁷ de sentidos para se apropriarem da arquitetura dos prédios históricos e compreenderem como foram congelados na imagem fotográfica pelos fotógrafos que ali expunham suas obras. Além destes dois grupos houve um terceiro que não participou da ação educativa de olhos vendados, mas “fechou os olhos para ver melhor”, entregando-se passivamente ao que propôs a exposição.



Figura 19: Nuvem de palavras 4. Fonte: Couto, 2017

¹⁷ Significa agarrar com a mão

Este estudo permitiu identificar com muita clareza o poder do tato e a possibilidade de utilização de tal sentido para a apropriação de detalhes da arquitetura e do patrimônio histórico, salientando que a Exposição analisada trouxe a questão do patrimônio e sua preservação como recorte temático, já que instituiu no regulamento do concurso fotográfico que a originou que os prédios a serem fotografados seriam aqueles tombados em qualquer nível: municipal, estadual ou nacional. Diversos visitantes referiram a importância, a beleza, a surpresa em descobrir elementos constituintes, estéticos ou não da arquitetura de Porto Alegre e foram incisivos quanto ao papel de mediador desta percepção exercido pelo tato.

Paradoxalmente, museus e suas exposições, em grande medida são o templo da proibição do toque, reforçando a postura hegemônica de quem tem algo a dizer e ainda determina como quer que seja percebido, guiando a forma de sentir e vivenciar a experiência dos visitantes. Dito isto é importante esclarecer que não estou aqui defendendo que todo o tipo de acervo deva ser exposto ao toque, mas que se crie mecanismos para sua acessibilização, atentando-se para as questões fundamentais da segurança e conservação.

Assim é possível indicar que projetos de exposições, na medida da compatibilidade, pensem no sensorial como mecanismo para mexer com a inteireza de seus visitantes, já que o olhar, em boa medida, condiciona e prende a ele a formulação de sentidos.

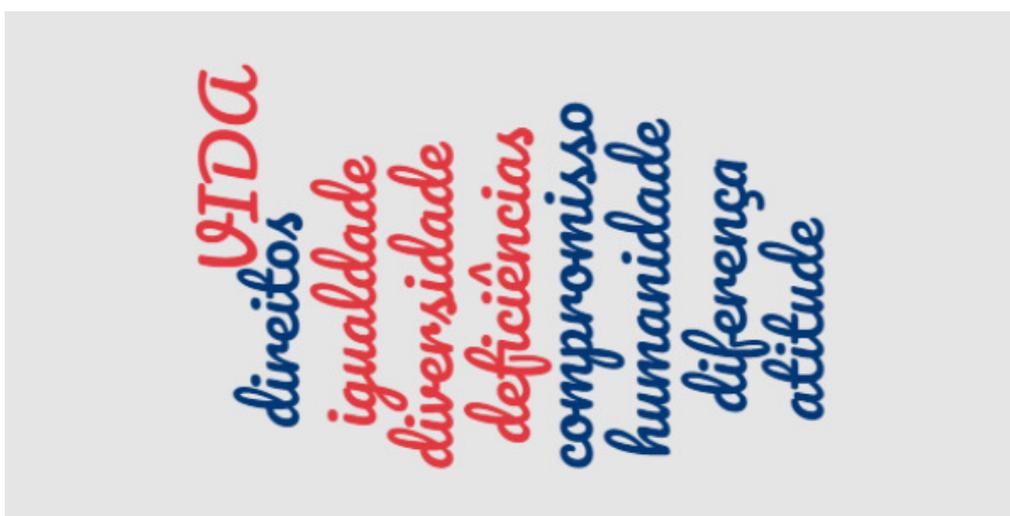


Figura 20: Nuvem de palavras 5. Fonte: Couto, 2017

Neste derradeiro desfecho quero me deter nos aspectos da experiência localizada nestes documentos para registrar meu entendimento de que para planejar uma exposição, seja onde for e independente do tema, com quaisquer acervos ou mesmo ausência destes, se faz necessário recomendar aos curadores para que pensem nas experiências possíveis de serem ofertadas aos visitantes, não no sentido de que controlar essa experiência porque vimos que ela não se sujeita ao controle, é pessoal e intransferível, mas no sentido de contemplar a fruição para todos os públicos possíveis, permitindo o uso de múltiplos sentidos e, desta forma mais do que criar uma exposição acessibilizada estarão criando condições do exercício de faculdades humanas que vem sendo cada vez menos utilizadas na condução cotidiana da vida.

Pensar a cultura, os museus e a vida para todas as pessoas é o desafio que nos é apresentado, sejamos nós museólogos, arquitetos, professores, designers, historiadores ou quaisquer que sejam nossas profissões porque não há garantia de direitos se não os tomarmos como indivisíveis, o humano enquanto diverso e a diferença enquanto identidade, potência e valor.

Este trabalho não se propôs a encerrar as questões levantadas, antes pelo contrário, deixa pontos a serem aprofundados em estudos futuros, acrescentando-lhe outros elementos e olhares, ou seja produzindo uma nova experiência de pesquisa. Contudo pretendeu deixar sua contribuição para a Museologia e outras ciências que lidam em seus universos cotidianos com a deficiência, com a cultura e com as “experiências humanas”.

REFERÊNCIAS

ABNT.NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.Terceira Edição.2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

ARAÚJO. Marcelo. **Uma nova realidade: os “não ditos” nos Museus.** Revista Museu. Artigo. 2017.

BACELLAR, Simone Leal Ferreira; SANTOS , Rodrigo Costa dos; SILVEIRA, Denis Silva da. **Panorama da Acessibilidade na Web Brasileira**. XXXI Encontro da ANPAD. 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Igualdade e diferença**: construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana. Petrópolis, RS: Vozes, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução, Plínio Dentzien. Jorge Zahar Ed - Rio de Janeiro, 2001.

BAVCAR, Evgen. **A luz e o cego**. In: NOVAES, Adauto. (Coord.). *Artepensamento*. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BENJAMIN, Walter. **O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em :<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em 20 de maio de 2016.

_____. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 12 de outubro de 2016.

_____. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

_____. Decreto Nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm>.

Acesso em: 12 de outubro de 2018.

_____. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>.

Acesso em: 15 de setembro de 2016.

_____. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>.

Acesso em 15 de janeiro de 2018.

_____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2009. 138 p. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>> Acesso em 30 de setembro de 2017.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: a ética do humano-comapixão pela terra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

Cadernos de diretrizes museológicas 2. **Mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa** / Letícia Julião, coordenadora; José Neves Bittencourt, organizador. --- Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

CARDOSO. Eduardo; CUTY, Jeniffer. **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre. Marca Visual. 2012.

_____. **Acessibilidade em ambientes culturais**: relatos de experiências. Porto Alegre. Marca Visual. 2014.

CHIOVATTO, Milene; AIDAR, Gabriela; SOARES, Luis Roberto; AMARO, Daniele Rodrigues. **Repensando a acessibilidade em museus: a experiência do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Diálogos entre Arte e Público - Acessibilidade Cultural: o que é acessível e para quem?** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, v. 3, 2010. Disponível em:

http://www.academia.edu/34521139/Repensando_a_acessibilidade_em_museus_a_experi%C3%Aancia_do_N%C3%ACleo_de_A%C3%A7%C3%A3o_Educativa_da_Pinacoteca_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo Acesso em 30 mar. 2017.

CURY, Marília Xavier. **Museologia - marcos referenciais**. Cadernos do CEOM. - Ano 18, n. 21 - Museus: pesquisa, acervo, comunicação. Argos. Chapecó, 2005. 392p. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/153/showToc>> Acesso em 30 mar. 2017.

_____. **COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA E METODOLÓGICA DE RECEPÇÃO.** Tese de doutorado em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo. 2005. Disponível em:

CUTY, Jeniffer; COUTO, Doris. **Acessibilidade Cultural: respeito à multiplicidade e à singularidade do humano como pressupostos para viabilidade de um museu para todos.** In: Anais do V Seminário Internacional Políticas Culturais. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro. 2014. 15p. Disponível em:
<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/Jeniffer-Cuty-et-alli.pdf>>

DENZI, Norman. K; LINCOLN, Yvonna. S.; e Colaboradores. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEWEY, John. **Arte como experiência;** tradução Vera Ribeiro. Coleção todas as Artes. Martins Martins Fontes. São Paulo, 2010.

Damatta, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DOMINGO, José Contreras; FERRÉ, Nuria Perez de Lara. **Investigar La experiência educativa.** Barcelona. 2010.

ECO, Humberto. **Obra aberta.** São Paulo, Perspectiva, 1968.

FARIAS, Norma; BUCHALLA, Cassia Maria. **A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas.** Revista Brasileira de Epidemiologia; 8(2): 187- 93. 2005.

FALCATO, Jorge; BISPO, Renato. **Design Inclusivo. Acessibilidade e Usabilidade em produtos, serviços e ambientes.** Lisboa: Centro Português de Design, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. **Entre Cenografias: O Museu e a Exposição de Arte no Século XX.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2004.

GUEDES Trindade, Ana Felícia. **Educação bioantropoética: práticas pedagógicas que pensam a ética da vida e a potência dos processos de convivências humanas.** 1ed. Curitiba: Appris, 2015.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. **Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação.** Cadernos Museológicos. N. 3, Museológicos Rio de Janeiro, p. 7-12, 1990.

IBGE. Censo **Demográfico 2010 – Característica da população e dos domicílios** – Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, p. 90. 2011.

JANELA da Alma. Direção João Jardim; Walter Carvalho. Produção João Jardim e Flávio Ramos Trambelini. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4F87sHz6y4s>> Acesso em: 05 nov. 2017.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**, São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

LARROSA. Jorge. **La experiência y sus lenguajes.** In **Pesquisa em Educação: territórios múltiplos, saberes provisórios.** Belém: Editora Açaí. . p.11-24.2010

_____. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Tradução de João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação. 2002. Nº 19

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL. Declaração de Quito de 24 de junho de 1998.. Disponível em: <http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6/30>. **Declaração de Quito.** Acesso em: 12 de out. 2016.

MANINI, Míriam Paula. **Análise documentária de fotografias:** um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. 2002. Tese Doutorado em Ciência da Informação e Documentação - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MARTINS. Bruno Sena. **E se eu Ficasse Cego? Narrativas silenciadas da deficiência.** Porto.Portugal.Edições Afrontamento.2014.

MARTINS, Patrícia Roque. **“A inclusão social tem influência nas práticas museais? O Acesso dos públicos com deficiência.”** MIDAS. Museus e estudos interdisciplinares, nº2. 2013.

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC.** Ciência & Saúde Coletiva, 21(10):3265-3276, 2016

Merleau-Ponty, Maurice, 1908-1961. **Fenomenologia da percepção** / Maurice Merleau-Ponty; [tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. - 2- ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Moreira, Marco Antonio. Aprendizagem significativa em mapas conceituais
Marco A. Moreira – Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Física, 2013. 55 p.; il.
(Textos de apoio ao professor de física / Marco Antonio Moreira, Eliane Angela
Veit, ISSN 1807-2763; v. 24, n.6)

OBC. Disponível em:< <http://observatoriodadiversidade.org.br/> > Acesso em: 31 de agosto 2016.

OLIVER, Michael. **Understanding disability: from theory to practice**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência / World Health Organization, The World Bank**; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012.334 p.

RAMOS. Alexandre Dias. **Sobre o ofício do curador**. Coleção: ARTE: ENSAIOS E DOCUMENTOS - Vol. 2. 1ª Edição. Porto Alegre.2010

ROSISKA, Darcy de Oliveira. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012. 167p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS. Sónia Maria Almeida. **Acessibilidade em Museus**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto. PT. 2009.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Cegueira**. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

SARRAF. Viviane P. **Acessibilidade em espaços culturais: mediação e comunicação sensorial**. Editora PUC/SP.2015.

SENNET, Richard. **O Artífice**. 1943. Tradução Clóvis de Marques- 3 edição. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEONE. José Antonio. **Qué es una persona con discapacidad? AGORA**. Vol. 30, nº 1: 143-161. 2011.

SEONE, José Antônio. **La convención de la ONU sobre los derechos de las personas con discapacidad: perspectiva jurídica**. Revista Española sobre Discapacidad Intelectual Vol. 42 (1), Núm. 237, Pág. 21 a pag. 32. 2011

SOARES, Carlos Henrique Ramos. **EDUCAÇÃO, SURDEZ E IDENTIDADES: uma análise sobre perspectivas teóricas e processos de invenção**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017,138p.

TOJAL, A. P. F. **Museu de arte e público especial**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2007, 322p.

UNESCO. ***Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais***. UNESCO, 1994.

ANEXO I – MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO DA VISITA DE OLHOS VENDADOS



Visita com olhos vendados

Percepções dos visitantes

Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

Nos conte o que experimentou ao visitar a Exposição com os olhos vendados: que sensações teve? No que pensou enquanto tateava o(s) prédio(s)? o que ficou da experiência?

(use o verso se necessário)

AUTORIZAÇÃO: Autorizo o uso parcial ou total do conteúdo desta avaliação, por parte das curadoras, com a finalidade de estudos sobre a expografia e acessibilidade, divulgação do impacto do projeto em catálogo virtual, página da internet ou impressos.

CPF: _____ Assinatura: _____

Anexo II – Planta da Expografia no Mezanino (3D)

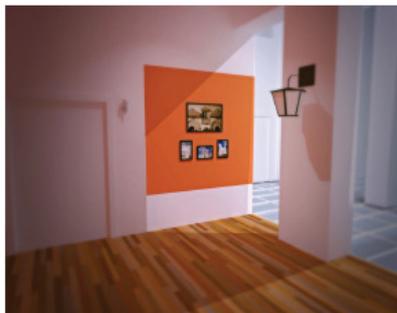


PORTO ALEGRE NA PONTA DOS DEDOS
PROJETO DE EXPOSIÇÃO
PERSPECTIVAS EM 3D
2015/2

IDEALIZAÇÃO: Bruna Castro, Letícia Pedrosa e Adriana Raiborn
COORDENAÇÃO DE PROJETO: Rafael Guelfo
EXPOSIÇÃO: Centro Cultural CBE

02/02

Anexo III – Planta da Expografia 2ª Andar (3D)



PORTO ALEGRE NA PONTA DOS DEDOS
 PROJETO DE EXPOSIÇÃO
 PERSPECTIVAS EM 3D
 2015/2

REALIZAÇÃO: Doris Couto, Laila Pedrozo e Adriana Rahmann
 GRAFICAÇÃO DE PROJETOS: Rafael Gu et al
 ESPAÇO: Centro Cultural CCE

01/02